



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

/1/1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
Exercício de 2017 - Consolidado

## Senhor Acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o exercício de 2017, a MGI manteve o foco em sua missão e sua visão, com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, estão abrangidos os serviços de administração de ativos e imóveis do Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), bem como o serviço de suporte administrativo mediante contrato celebrado com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP's) por intermédio da subsidiária EMIP.

O cenário externo apresentou-se mais favorável à Companhia se comparado às adversidades enfrentadas no decorrer do exercício anterior. A redução da taxa de juros favoreceu o desempenho da Empresa no período, resultando na diminuição dos juros sobre as debêntures emitidas. Em contrapartida, a Companhia ainda foi negativamente afetada pela recessão econômica no âmbito da recuperação de créditos e comercialização de imóveis, bem como no aumento da inadimplência da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

Não obstante as adversidades enfrentadas, a Companhia foi eficiente na condução de suas atividades. Destacam-se os valores repassados ao Estado de Minas Gerais, decorrentes de recuperação de créditos e venda de imóveis, que superaram em 25% os valores repassados no exercício anterior.

Diante do exposto, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados, com destaque para o importante suporte oferecido ao Estado de Minas Gerais durante o exercício.

## 2. A MGI

## 2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma estatal, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,10%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,46%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,90%.

## 2.2 Identidade Organizacional

**Missão:** Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

**Visão:** Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

## 3.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício de 2017, o montante de R\$3.542 mil, inferior em 28,95% ao exercício de 2016, quando a arrecadação totalizou R\$4.985 mil.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. No exercício de 2017, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$10.855 mil proveniente da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 24,84% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$8.685 mil.

Gestão de Ativos	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017 / 2016
Valores Arrecadados (R\$ mil)						
Ativos Próprios	10.599	5.576	7.800	4.985	3.542	(28,95%)
Ativos do Estado de Minas Gerais	5.104	2.546	7.577	8.695	10.855	24,84%
<b>TOTAL</b>	<b>15.703</b>	<b>8.122</b>	<b>15.377</b>	<b>13.680</b>	<b>14.397</b>	<b>5,24%</b>

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias, a baixa liquidez dos imóveis, já que muitos deles encontram-se ocupados, e somando esses fatores à atual recessão econômica, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

Os contratos celebrados proporcionaram à MGI, no exercício de 2017, receitas no montante de R\$ 1.656 mil, 14,37% inferior ao valor auferido no exercício anterior. A redução ocorreu em virtude da exclusão, no contrato celebrado com a SEF, do serviço de suporte à Advocacia Geral do Estado (AGE), reduzindo assim o valor global do contrato MGI/SEF. Em abril de 2017, a MGI celebrou contrato diretamente com a AGE para continuidade da prestação do referido serviço. Portanto, a redução da receita reflete o lapso temporal de aproximadamente três meses em que houve vacância entre os contratos, bem como a situação de calamidade financeira vivida pelo Estado de Minas Gerais, que impossibilitou o reajuste contratual.

## 3.2 Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.753.461 mil (1.786.983 mil em 31 de dezembro de 2016).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$98.761 mil (R\$128.634 no exercício de 2016), enquanto os valores recebidos no exercício totalizaram R\$115.197 mil (R\$170.084 mil no exercício de 2016).

A Companhia possui, ainda, considerando o marco de 31 de dezembro de 2017, um saldo de R\$42.981 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o impairment da carteira. Considerando esses efeitos, o valor justo do saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$630.579 mil na posição de 31 de dezembro de 2017 (R\$530.221 mil em 31 de dezembro de 2016).

A variação significativa observada no valor justo da carteira é decorrente da mudança de estimativa contábil referente ao impairment da renegociação, ou seja, da majoração da carteira decorrente dos parcelamentos, em que as condições do parcelamento original sofrem alterações, tais como o alongamento do prazo e perda ou a redução de descontos anteriormente concedidos.

Até o exercício de 2016, a Companhia vinha estimando em 100% o impairment da renegociação, por considerar muito baixa a expectativa de recebimento desses valores. A partir do exercício de 2017, com a maturidade da carteira e uma maior série histórica para análise, foi possível constatar que os valores de renegociação possuem a mesma expectativa de recebimento que o restante da carteira. Desta forma, a Companhia passou a estimar a perda da totalidade da carteira com base nas mesmas premissas, que consideram a média de recuperação da carteira e a probabilidade de default.

Vale destacar que a MGI poderá utilizar a carteira de parcelamentos, inclusive rompidos, para quitar as debêntures subordinadas. Desta forma, a Administração entende que o crescimento do saldo de parcelamentos rompidos não representa um risco relevante para a Companhia.

## 3.3 Debêntures

Com base na posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures, tendo liquidado sua terceira emissão em 30 de agosto de 2017.

Durante o exercício de 2017, a Companhia provisionou despesas de R\$167.451 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$223.029 mil. O decréscimo de 23,22% foi devido, principalmente, à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2017:

Pagamentos efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total pago
(a) Segunda Emissão	76.864	-	76.864
(b) Terceira Emissão	1.516	28.630	30.146
(c) Quinta Emissão	103.791	-	103.791
<b>Total</b>	<b>182.171</b>	<b>28.630</b>	<b>210.801</b>

## (a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo de R\$972.368 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor totalizava R\$969.531 mil.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. De janeiro a dezembro, ocorreram amortizações extraordinárias de juros no montante de R\$76.864 mil.

## (b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)

As debêntures de terceira emissão foram liquidadas em 30 de agosto de 2017. As amortizações de juros e principal totalizaram R\$30.146 mil durante este exercício.

## (c) Debêntures de Quinta Emissão

A MGI repassou aos convenientes, neste exercício, o montante de R\$13.994 mil referente a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$24.856 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$10.862 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.184.919 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo.

Pagamentos de Convênios (R\$ mil)			
Órgão Interviente	Montante Líquido em 31/12/2016	Movimentação no Período Pagamentos Devoluções	Montante Líquido em 31/12/2017
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG	5.069	-	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	1.913	-	1.900
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	96.700	315	95.477
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	16.592	-	14.177
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	6.172	-	6.172
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	8.230	-	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	997.787	13.679	993.382
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	31.758	-	29.473
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	12.864
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SEDECTES	3.600	-	3.600
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.919</b>	<b>13.994</b>	<b>1.174.056</b>

As prestações de contas desses convênios devem ser, inicialmente, apresentadas pelos convenientes às Secretarias de Estado intervenientes, em até 90 dias após o vencimento dos instrumentos originais ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a

Em referência à posição de 31 de dezembro de 2017, a MGI possui um saldo de R\$679.094 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante este exercício, foram pagos juros semestrais no total de R\$103.791 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

## 3.4 Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio (JCP), dividendos e venda de direitos de subscrição no montante de R\$23.102 mil neste exercício. Essas receitas foram inferiores em 54,81% às auferidas no exercício anterior, quando somaram R\$51.127 mil.

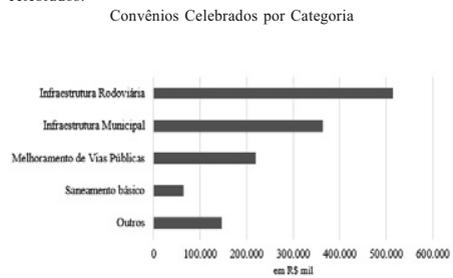
Os proventos oriundos da participação na Cemig representam cerca de 98% dessas receitas. No exercício 2017, a Cemig não declarou JCP a ser compensado com os dividendos obrigatórios, de modo que a distribuição de proventos relativos ao exercício de 2017 ocorrerá apenas em 2018. Este foi o fator preponderante para a redução expressiva da receita de participações acionárias.

A Companhia espera melhorar os resultados provenientes de participações acionárias a partir de 2018 em virtude da estratégia de aumento dos investimentos. No exercício de 2017, a MGI adquiriu 3.557.337 ações preferenciais de emissão da Cemig para fins de empréstimos adicionais ao Banco Credit Suisse, em conformidade com a cláusula sexta do contrato de hedge e, ao mesmo tempo, para obtenção de receitas futuras, uma vez que a Companhia faz jus aos proventos da totalidade das ações, tanto livres quanto emprestadas.

## 3.5 Convênios

Durante o exercício de 2017, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com intervenção e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

O gráfico abaixo ilustra as principais destinações dos convênios celebrados:



A MGI repassou aos convenientes, neste exercício, o montante de R\$13.994 mil referente a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$24.856 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$10.862 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.184.919 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo.

Pagamentos de Convênios (R\$ mil)			
Órgão Interviente	Montante Líquido em 31/12/2016	Movimentação no Período Pagamentos Devoluções	Montante Líquido em 31/12/2017
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG	5.069	-	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	1.913	-	1.900
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	96.700	315	95.477
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	16.592	-	14.177
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	6.172	-	6.172
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	8.230	-	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	997.787	13.679	993.382
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	31.758	-	29.473
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	12.864
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SEDECTES	3.600	-	3.600
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.919</b>	<b>13.994</b>	<b>1.174.056</b>

suas execuções físicas e financeiras, além do atingimento do fim social. A verificação do atingimento do objeto conveniado se inicia pela análise da prestação de contas pela interveniente, que emitirá pareceres técnico e financeiro, posteriormente enviados à MGI, para que proceda à sua análise e julgamento definitivo das contas.

## 4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Selecionados	2013	2014	2015	2016	2017
	reapresentado	reapresentado			
4.1 Receita Operacional Líquida	303.249	525.090	297.067	275.149	196.025
4.2 Custo Operacional	(182.415)	(312.338)	(263.710)	(287.842)	(263.280)
4.3 Lucro Bruto	120.834	212.752	33.357	(12.693)	(67.255)
Resultado Financeiro Líquido	40.928	113.872	54.550	34.422	17.467
Resultado Líquido do Exercício	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)
4.4 LAJIDA	(60.867)	80.000	(663.538)	(167.813)	(29.903)
LAJIDA ajustado	6.380	188.345	(43.552)	(58.123)	(58.018)

## 4.1 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais da MGI são compostas de atualização monetária da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA), amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira DCA, participações acionárias, recuperação de créditos, prestação de serviços ao Estado de Minas Gerais e venda de imóveis.

Em 2017, estas receitas somaram 196.025 mil, sendo a mais representativa a atualização monetária dos direitos creditórios autônomos, correspondente a 50,38% da receita total, seguida pela amortização no ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira, que representou 35,74%, conforme demonstrado abaixo:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017 / 2016	Análise Vertical 2017
	reapresentado	reapresentado					
Receitas de atualização monetária	120.339	128.941	129.871	128.635	98.761	(23,32%)	50,38%
Amortização ajuste reconhecimento inicial DCA	152.869	129.748	110.386	90.473	70.069	(22,55%)	35,74%
Receita de participação acionária	18.238	260.274	47.997	51.127	23.102	(54,81%)	11,79%
Receitas de recuperação de créditos	10.599	5.576	7.800	4.985	3.542	(28,95%)	1,81%
Receita de serviços	3.088	2.814	2.049	1.934	1.656	(14,37%)	0,84%
Receitas de vendas de imóveis	-	-	1.166	1.041	614	(41,02%)	0,31%
Imposto sobre serviços (ISS)	(154)	(141)	(102)	(97)	(83)	(14,43%)	(0,04%)
PIS/COFINS	(1.730)	(2.122)	(2.100)	(2.949)	(1.636)	(44,52%)	(0,83%)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>303.249</b>	<b>525.090</b>	<b>297.067</b>	<b>275.149</b>	<b>196.025</b>	<b>(28,76%)</b>	<b>100%</b>

## 4.2 Custo Operacional

O custo operacional da MGI em 2017 foi de R\$ 263.280 mil, sendo o mais significativo o custo com os juros sobre as debêntures emitidas, que representaram 63,60%, seguido da amortização do ajuste no a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas (2ª emissão), correspondente a 33,16%.

Custo Operacional (R\$ mil)	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017 / 2016	Análise Vertical 2017
	reapresentado	reapresentado					
Juros sobre debêntures	129.053	190.839	210.108	223.029	167.451	(24,92%)	63,60%
Amortização ajuste reconhecimento inicial debêntures	43.823	111.367	40.604	54.345	87.292	60,63%	33,16%
Pessoal	3.390	3.807	3.784	4.511	5.137	13,88%	1,95%
Obrigações por repasse	2.013	3.240	4.360	2.217	979	(55,84%)	0,37%
Custos dos imóveis vendidos	-	-	1.805	1.549	745	(51,90%)	0,28%
Amortização de custos de transação	2.861	2.196	1.769	1.109	563	(49,23%)	0,21%
Serviços de terceiros	665	593	827	613	658	7,34%	0,25%
Despesas judiciais	324	144	331	291	256	(12,03%)	0,10%
Demais custos	286	152	122	178	199	11,80%	0,08%
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>182.415</b>	<b>312.338</b>	<b>263.710</b>	<b>287.842</b>	<b>263.280</b>	<b>(8,53%)</b>	<b>100%</b>

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o consequente ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Convênios Pendentes de Prestação de Contas em 31/12/2017		
Situação dos Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	49	4.840
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	2	135
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	142	37.494
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	577	215.712
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	100	26.564
<b>TOTAL</b>	<b>887</b>	<b>311.704</b>

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial ou de tomada de contas especial,



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

2/11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
Exercício de 2017 - Consolidado

com base no método de juros efetivos, sendo o custo operacional correspondente à diferença entre a amortização acumulada do período anterior e a amortização acumulada do período atual.

Como as amortizações das debêntures são extraordinárias, as amortizações do ajuste a valor justo variam à medida que ocorrem amortizações extraordinárias de juros e/ou principal. Dessa forma, os elevados valores de amortizações extraordinárias ocorridos em 2014 e 2017 elevaram os valores do custo de amortização do AVJ no reconhecimento inicial.

Estima-se que, ao final da operação, em 2022, este custo seja de R\$ 55.404 mil. A exemplo do ajuste a valor justo registrado como redutor do ativo, o ajuste a valor justo registrado como redutor do passivo não gera impacto sobre o caixa.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia.

## 4.3 Resultados

RESULTADOS	2013 Reapresentado	2014 Reapresentado	2015	2016	2017
Resultado Bruto	120.834	212.752	33.357	(12.693)	(67.255)
Resultado Financeiro	40.928	113.872	54.550	34.422	17.467
Resultado Líquido do Exercício	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)

O resultado bruto, correspondente à receita operacional subtraído o custo operacional, foi negativo nos dois últimos exercícios, tendo em vista a performance das receitas e custos, conforme demonstrado anteriormente.

O resultado financeiro, alcançado por meio da aplicação de recursos em aplicações financeiras cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI, reduziu nos últimos exercícios em razão da redução do montante aplicado, sobretudo em função do fluxo de pagamentos de PPP's pela subsidiária EMIP, dos pagamentos de convênios e amortizações das debêntures emitidas.

Verifica-se que, com exceção do exercício de 2014, a Companhia auferiu prejuízo em todos os exercícios em análise. O resultado positivo de 2014 foi proporcionado, sobretudo, pela elevada receita de participação acionária auferida, conforme explicitado anteriormente. Nos demais exercícios, os reconhecimentos de provisão para perdas em participações societárias, resultados de ajustes a valor justo e perdas ao valor recuperável de determinados ativos foram preponderantes para os resultados líquidos negativos obtidos, conforme se observa na análise do LAJIDA, a seguir.

## 4.4 LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA e LAJIDA ajustado (R\$ mil) (*)	2013 reapresentado	2014 reapresentado	2015	2016	2017
Resultado do período	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	8.615	10.618	2.471	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(40.928)	(113.872)	(54.550)	(34.422)	(17.467)
(+) Depreciação e Amortização	54	57	53	44	44
<b>LAJIDA (a)</b>	<b>(60.867)</b>	<b>80.000</b>	<b>(663.538)</b>	<b>(167.813)</b>	<b>(29.903)</b>
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	825	(20.109)	(19.469)	(1.015)	-
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	-	-	66.991	(104.631)	(303.942)
(+) Reclassificação de Outros Resultados para Resultado	-	-	-	42.465	-
(+) Provisão para Predas em Participações Societárias	-	-	467.955	-	7.030
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	-	-	-	2.137	(116)
(+) Impairment dos Direitos de Créditos Autônomos	175.468	146.745	174.291	206.862	251.690
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	(109.046)	(18.381)	(69.782)	(36.128)	17.223
<b>LAJIDA AJUSTADO (b)</b>	<b>6.380</b>	<b>188.345</b>	<b>(43.552)</b>	<b>(58.123)</b>	<b>(58.018)</b>

(a) LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando o disposto no Art. 3º da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

## (b) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração

operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

- Equivalência patrimonial referente à participação na Helibras;
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis e aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações;
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado em decorrência da alienação da participação na Helibras;
- Provisão para perdas em participações societárias decorrente dos investimentos na Cemig e na Copasa;
- Impairment dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade

da subsidiária EMIP);

- Impairment dos direitos de crédito autônomos.

• Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.

Inferir-se das informações acima que os prejuízos auferidos pela Companhia são provenientes, preponderantemente, de fatores que não impactam na geração de caixa da Companhia.

## 4.5 Prejuízos acumulados

Em função dos resultados auferidos nos últimos exercícios, a Companhia possui, atualmente, prejuízos acumulados no montante de R\$ 926.752 mil:

Prejuízos Acumulados (em R\$ mil)	
Prejuízos Acumulados de 2012 a 2014	(169.325)
Prejuízo Líquido 2015	(611.512)
Prejuízo Líquido 2016	(133.435)
Lucro Líquido 2017	(12.480)
<b>TOTAL</b>	<b>(926.752)</b>

A Administração propôs à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a redução de capital na importância dos prejuízos acumulados, com sua absorção pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

## 5 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou, nos exercícios de 2017 e 2016, pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

## 6 ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar as informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site

www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links "Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência", de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu "Fale Conosco" – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

## 7 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria "B" (Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo "Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE" e pelo Programa "Empresas Net", ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br).

Adicionalmente, a Companhia está em fase de estudo para estruturação e implementação de melhorias no âmbito da Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Nesse contexto, estão abrangidas, entre outras diretrizes, a adequação da estrutura de governança corporativa e compliance, disposições aplicáveis a licitações e contratos, bem como requisitos de transparência, tais como a elaboração e divulgação de políticas específicas e relatório integrado anual.

## 8 AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

## 9 AGRADECIMENTOS

A administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia

Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, e destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018  
A Administração.

Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.961	7.167	8.983	7.307	Fornecedores e outras contas a pagar	218	244	218	244	
Títulos e valores mobiliários	6	203.368	252.701	203.368	252.701	Salários e encargos sociais	971	916	1.199	937	
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	49.534	118.268	49.503	117.511	Tributos a recolher	507	3.096	723	3.244	
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	40	20.325	40	20.325	Debêntures	13	34.601	80.629	34.601	80.629
Tributos a recuperar	9	8.683	13.171	8.815	13.346	Obrigações por repasse	14	12.818	14.327	14.553	14.409
Imóveis para venda		-	-	5.635	6.224	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>49.115</b>	<b>99.212</b>	<b>51.294</b>	<b>99.463</b>
Outras contas		138	151	138	181	Opções flexíveis de compra	8	123.271	152.802	123.271	152.802
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>269.724</b>	<b>411.783</b>	<b>276.482</b>	<b>417.595</b>	Debêntures	13	1.275.072	1.184.538	1.275.072	1.184.538
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.179.919	1.026.098	1.220.790	1.067.126	Obrigações por repasse	14	20.152	20.152	20.152	20.152
Opções flexíveis de venda	8	85.521	59.477	85.521	59.477	Passivo fiscal diferido	15	2.110	6.805	2.110	6.805
Tributos a recuperar	9	26.554	24.407	27.779	25.629	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.420.605</b>	<b>1.364.297</b>	<b>1.420.605</b>	<b>1.364.297</b>
Depósitos judiciais	10	3.806	3.816	3.806	3.907	<b>Total do passivo</b>		<b>1.469.720</b>	<b>1.463.509</b>	<b>1.471.899</b>	<b>1.463.760</b>
Investimentos em controlada/coligada	11	46.676	47.903	-	-	Patrimônio líquido	17	1.101.755	1.080.957	1.101.755	1.080.957
Outros investimentos	12	38.101	67.814	38.101	67.814	Capital social		(5)	(5)	(5)	(5)
Imobilizado		86	121	87	122	Ações em tesouraria		(926.752)	(914.272)	(926.752)	(914.272)
Intangível		14	22	14	22	Prejuízos acumulados		5.683	11.252	5.683	11.252
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.380.677</b>	<b>1.229.658</b>	<b>1.376.098</b>	<b>1.224.097</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		<b>180.681</b>	<b>177.932</b>	<b>180.681</b>	<b>177.932</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.650.401</b>	<b>1.641.441</b>	<b>1.652.580</b>	<b>1.641.692</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.650.401</b>	<b>1.641.441</b>	<b>1.652.580</b>	<b>1.641.692</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Receita	18	195.474	274.205	196.025	275.149
Custos	19	(262.535)	(286.293)	(263.280)	(287.842)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(67.061)</b>	<b>(12.088)</b>	<b>(67.255)</b>	<b>(12.693)</b>
Despesas administrativas		(6.726)	(7.985)	(8.860)	(9.740)
Outras receitas (despesas)		733	390	830	394
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.917)	(3.215)	-	1.015
Provisão para perdas em participações societárias	12	(7.030)	-	(7.030)	-
Resultado de ajustes a valor justo	21	303.942	104.631	303.942	104.631
Reclassificação de ORA para Resultado		-	(42.465)	-	(42.465)
Perda na recuperação de imóveis para venda		-	-	116	(2.137)
Perda na recuperação de direitos creditórios	7.c	(251.690)	(206.862)	(251.690)	(206.862)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(29.749)</b>	<b>(167.594)</b>	<b>(29.947)</b>	<b>(167.857)</b>
Receitas financeiras	20	17.789	34.560	17.997	34.869
Despesas financeiras	20	(520)	(401)	(530)	(447)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>
Impostos de renda	15	-	-	-	-
Contribuição social	15	-	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>
<b>Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)</b>	17.e	<b>(21,72555)</b>	<b>(232,28755)</b>	<b>(21,72555)</b>	<b>(232,28755)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado do exercício	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	12.a	(10.264)	(3.557)	(10.264)	(3.557)
Instrumento Patrimonial reclassificado para Resultado		-	42.465	-	42.465
Participação no resultado abrangente de coligada		-	3.978	-	3.978
		<b>(10.264)</b>	<b>42.886</b>	<b>(10.264)</b>	<b>42.886</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	4.695	542	4.695	542
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(18,049)</b>	<b>(90,007)</b>	<b>(18,049)</b>	<b>(90,007)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Capital social	Nota	Capital social		Reclassificações de PPP's e tesouraria	Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Ajuste Patrimonial	Total	
		a realizar	Afac						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>2.819.090</b>	<b>(71.250)</b>	<b>140.310</b>	<b>(1.547.124)</b>	<b>(5)</b>	<b>(822.016)</b>	<b>(32.176)</b>	<b>486.829</b>
Aumento de capital	17	668.439	(424.872)	(140.310)	-	-	-	-	103.257
Redução de capital	17.a	(8.053)	-	-	-	-	-	-	(8.053)
Readequação do capital	17.a	(41.179)	-	-	-	-	41.179	-	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(133.435)	-	(133.435)
Variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	(3.557)	(3.557)
Participação no resultado abrangente de coligada		-	-	-	-	-	-	46.443	46.443
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	542	542
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	-	-	-	-	-	-	-



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

3/11

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	44	44	44	44
Baixa de investimento	-	42.466	-	42.466
Redução ao valor recuperável	251.690	206.862	251.574	208.999
Resultado de ajustes a valor justo	(286.718)	(119.066)	(286.718)	(119.066)
Reclassificação de AVJ por meio do resultado	-	(21.693)	-	(21.693)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.917	3.215	(1.015)
Provisão para perdas em participações societárias	12	7.030	-	7.030
Custo de transação a amortizar	19	563	1.109	563
Varição monetária líquida	68.690	94.395	68.690	94.395
	<b>30.736</b>	<b>73.897</b>	<b>28.703</b>	<b>71.804</b>
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	1.095	(2.389)	(84.119)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	20.285	(9.699)	20.285
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	2.341	(3.193)	2.381
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	49.333	(59.071)	49.333
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	10	(55)	101
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		13	(28)	714
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		(26)	91	(717)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		54	133	63
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		(2.589)	1.121	(2.323)
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	14	(1.509)	20.225	144
Recebimentos de créditos autônomos	7	115.197	121.801	115.197
Juros pagos sobre debêntures subordinada	13	(76.864)	(8.104)	(76.864)
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	13	(1.516)	(9.013)	(1.516)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	13	(103.791)	(68.848)	(103.791)
Amortizações de debêntures 3ª emissão	13	(28.630)	(49.612)	(28.630)
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.139</b>	<b>7.256</b>	<b>(81.039)</b>	<b>(206.703)</b>
Aquisições imobilizado/intangível		(1)	(32)	(1)
Aquisição de investimento		(23.453)	(17.992)	(23.453)
Aumento de capital em controlada/coligada		(86.060)	(213.094)	-
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<b>(109.514)</b>	<b>(231.118)</b>	<b>(23.454)</b>	<b>(18.024)</b>
Integralização de capital	17	106.169	103.257	106.169
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	17	-	(101.000)	-
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>106.169</b>	<b>2.257</b>	<b>106.169</b>	<b>2.258</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>794</b>	<b>(221.605)</b>	<b>1.676</b>	<b>(222.469)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		7.961	7.167	8.983
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		7.167	228.772	7.307
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>794</b>	<b>(221.605)</b>	<b>1.676</b>	<b>(222.469)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de serviços	1.656	1.934	2.270	2.975
Receitas de recuperação de créditos	3.542	4.985	3.542	4.985
Receitas de atualização de crédito	98.761	128.634	98.761	128.634
Outras receitas	733	390	830	394
<b>Receitas</b>	<b>104.692</b>	<b>135.943</b>	<b>105.403</b>	<b>136.988</b>
Custos dos produtos e serviços vendidos	-	-	(745)	(1.549)
Custos processuais	(256)	(290)	(256)	(290)
Serviços tomados de terceiros	(1.512)	(1.005)	(1.719)	(1.150)
Despesas administrativas	(1.794)	(3.381)	(2.683)	(4.160)
Provisão para perdas de investimentos	(7.030)	(49.920)	(7.030)	-
Perda/Recuperação de valores ativos	(251.690)	(206.862)	(251.574)	(208.999)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(262.282)</b>	<b>(261.458)</b>	<b>(264.007)</b>	<b>(216.148)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(157.590)</b>	<b>(125.515)</b>	<b>(158.604)</b>	<b>(79.160)</b>
Depreciação e amortização	(44)	(44)	(44)	(44)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(157.634)</b>	<b>(125.559)</b>	<b>(158.648)</b>	<b>(79.204)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.917)	(3.215)	-	1.015
Resultado de ajustes a valor justo	286.718	140.759	286.718	90.839
Receitas de participações acionárias	23.102	58.581	23.102	58.581
Receitas financeiras	22.642	42.495	22.860	42.816
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>172.911</b>	<b>113.061</b>	<b>174.032</b>	<b>114.047</b>
Remuneração direta	4.830	4.466	4.830	4.466
Benefícios	783	724	783	724
FGTS	361	304	361	304
<b>Pessoal</b>	<b>5.974</b>	<b>5.494</b>	<b>5.974</b>	<b>5.494</b>
Remuneração direta	1.676	1.660	2.506	2.332
FGTS	99	133	132	154
<b>Diretoria e conselhos</b>	<b>1.775</b>	<b>1.793</b>	<b>2.638</b>	<b>2.486</b>
Federais	8.352	12.259	8.601	12.549
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	110	154	118	157
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>8.462</b>	<b>12.413</b>	<b>8.719</b>	<b>12.706</b>
Aluguéis	40	40	40	40
Obrigação por repasse	979	2.217	979	2.217
Despesas financeiras	147	401	148	401
Juros	167.451	223.029	167.451	223.029
Custo de transação de debêntures	563	1.109	563	1.109
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>169.180</b>	<b>226.796</b>	<b>169.181</b>	<b>226.796</b>
Resultado do exercício	(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>172.911</b>	<b>113.061</b>	<b>174.032</b>	<b>114.047</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF").

Os principais objetivos da Companhia são:

- Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
  - alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
  - administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

## Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2017.

## Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credireal").

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios ("créditos em liquidação"), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$3.542 e R\$4.985, respectivamente (veja nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual n.º 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG ("Direitos de Crédito Autônomos" - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$60.579, em 31 de dezembro de 2017, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 7.c)

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 ("Debêntures Subordinadas"), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples ("Debêntures Seniores"), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 13), cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 1.286.922 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 80.624.435 ações CMIG4s (vide nota 12.a.1), e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

## 2. Base de Preparação

## a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2018.

## b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

## c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC / IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 - Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 - Opções flexíveis de ações
- Nota 12 - Outros investimentos
- Nota 13 - Debêntures
- Nota 14 - Obrigações por repasse

## e. Representação de valores correspondentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas demonstrações contábeis e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.

Assim, em atendimento ao CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Companhia efetuou retrospectivamente a reclassificação das movimentações das debentures do grupo de atividades de financiamento para o grupo de atividades operacionais, como forma de garantir a comparabilidade das informações apresentadas na demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado:



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

	Controladora		Ajuste	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2016		31/12/2016	31/12/2016
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Ajuste
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do Exercício	(133.435)	(133.435)	-	(133.435)	(133.435)
Ajuste para:					
Depreciação e amortização	44	44	-	44	44
Baixa de investimento	42.466	42.466	-	42.466	42.466
Redução ao valor recuperável	206.862	206.862	-	208.999	208.999
Resultado de ajustes a valor justo	(119.066)	(119.066)	-	(119.066)	(119.066)
Reclassificação de AVJ por meio do resultado	(21.693)	(21.693)	-	(21.693)	(21.693)
Resultado de equivalência patrimonial	3.215	3.215	-	(1.015)	(1.015)
Provisão para perdas em participações societárias	0	0	-	0	0
Custo de transação a amortizar	1.109	1.109	-	1.109	1.109
Varição monetária líquida	94.395	94.395	-	94.395	94.395
	73.897	73.897	-	71.804	71.804
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	(2.389)	(2.389)	-	(216.267)	(216.267)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	(9.699)	(9.699)	-	(8.543)	(8.543)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(3.193)	(3.193)	-	(3.226)	(3.226)
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	(59.071)	(59.071)	-	(59.071)	(59.071)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	(55)	(55)	-	(146)	(146)
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo	(28)	(28)	-	1.478	1.478
(Aumento)/Diminuição de fornecedores	91	91	-	91	91
(Aumento)/Diminuição de salários e encargos sociais	133	133	-	136	136
(Aumento)/Diminuição de tributos a recolher	1.121	1.121	-	1.196	1.196
(Aumento)/Diminuição obrigações e repasses	20.225	20.225	-	19.621	19.621
Recebimento de créditos autônomos	121.801	121.801	-	121.801	121.801
Juros pagos sobre debêntures subordinada	(8.104)	-	(8.104)	(8.104)	(8.104)
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	(9.103)	-	(9.103)	(9.103)	(9.103)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	(68.848)	-	(68.848)	(68.848)	(68.848)
Amortizações de debêntures 3ª emissão	(49.612)	-	(49.612)	(49.612)	(49.612)
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	(101.000)	(101.000)	-	(101.000)	(101.000)
Caixa proveniente das (usado nas) nas atividades operacionais	(93.744)	41.833	(236.577)	(307.703)	(172.126)
Aquisições imobilizado / intangível	(32)	(32)	-	(32)	(32)
Aquisição de investimento	(17.992)	(17.992)	-	(17.992)	(17.992)
Aumento de capital em coligada / controlada	(213.094)	(213.094)	-	0	0
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(231.118)	(231.118)	-	(18.024)	(18.024)
Juros pagos sobre debêntures subordinada	0	(8.104)	8.104	-	(8.104)
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	0	(9.013)	9.013	-	(9.013)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	0	(68.848)	68.848	-	(68.848)
Amortizações de debêntures 3ª emissão	0	(49.612)	49.612	-	(49.612)
Integralização de capital	103.257	103.257	-	103.258	103.258
Caixa proveniente das atividades de financiamento	103.257	(32.320)	135.577	103.258	(32.319)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	794	794	-	(222.469)	(222.469)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.961	7.961	-	7.307	7.307
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.167	7.167	-	229.776	229.776
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	794	794	-	(222.469)	(222.469)

## 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

## a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

## b. Investimento em Coligada

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

No exercício de 2016, a Companhia alienou seu investimento na coligada Helibras e, em 2017, não manteve quaisquer outros investimentos em coligadas.

## c. Instrumentos financeiros

## i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outros créditos e outros investimentos (notas 5,6,7 e 12).

## Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por Direitos Creditórios Credit Suisse e Opções flexíveis de ações (notas 7.e e 8).

## Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 6).

## Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 5 e 7).

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

## ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia

se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 13 e 14).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

## iii. Capital social

## Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são creditados durante o exercício de competência.

## d. Redução ao valor recuperável (impairment)

## i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (veja nota 7.c), crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 7.d) e outros investimentos, conforme demonstrada na nota 12.b.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

## e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## f. Receita operacional

## i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês de emissão da nota fiscal, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e mensalmente para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado ("AGE").

## ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

## iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

## g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

## h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

## i. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

## j. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

## k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

## IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9.

Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

## (a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os Direitos Creditórios junto ao Banco Credit Suisse atualmente mensurado ao valor justo, será, em vez disso, mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os Direitos de Crédito Autônomos, títulos e valores mobiliários, empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos. Outros investimentos e imóveis destinados para venda cotados atualmente como disponíveis para venda serão, em vez disso, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e não impactará no resultado registrado.

## (b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência dos contribuintes. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

## (c) Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de hedge existentes atualmente designadas como relações de hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9.

A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (hedges). Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedges efetivos, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

## IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

A Companhia atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo o Estado de Minas Gerais - EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credireal"), também atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credireal"). A Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG, a Companhia reconhece com receita a variação da correção monetária.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base na competência da prestação de serviços, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e mensalmente para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado ("AGE").

Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (isto é, vida, ramos elementares, seguro direto e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Passará a vigorar para os períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com a exigência de valores para fins comparativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 e IFRS 17. Adoção antecipada não é permitida.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de "valuation". Técnicas de "valuation" aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 24).

b. Direito Creditório - Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c(2). Os valores obtidos nos últimos 2 exercícios estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD-PE-AVJ)
31/12/2016	1.786.984	1.092.534	164.229	530.221
31/12/2017	1.753.461	1.028.721	94.161	630.579

No exercício de 2017, a Companhia adotou uma mudança de estimativa contábil referente ao cálculo da perda estimada da carteira no que se refere à expectativa de perda da renegociação.

A renegociação refere-se à majoração da carteira em virtude dos reparcelamentos. Os créditos reparcelados, normalmente, apresentam valor superior ao parcelamento original, em virtude do alongamento do prazo e, sobretudo, da mudança das condições dos reparcelamentos, incluindo a exclusão ou diminuição de descontos concedidos no parcelamento original. Portanto, essas renegociações aumentam consideravelmente o valor nominal da carteira, conforme demonstrado abaixo:

Fluxo da carteira em 31/12/2017	Valor nominal	(+)	Renegociação	(=)	EAD
	1.451.481		301.980		1.753.461

Até o exercício de 2016, a Companhia vinha estimando em 100% o impairment da renegociação, por considerar muito baixa a expectativa de recebimento desses valores. A partir do exercício de 2017, com a maturidade da carteira e uma maior série histórica para análise, foi possível constatar que os valores de renegociação possuem a mesma expectativa de recebimento que o restante da carteira.

Desta forma, a Companhia passou a estimar a perda da totalidade da carteira com base nas mesmas premissas, que consideram a média de recuperação da carteira e a probabilidade de default.

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida em troca das debêntures, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - "bookbuilding" - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante captado, de R\$316.000, foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

d. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	101	32	114	41
Aplicações financeiras	7.860	7.135	8.869	7.266
	<b>7.961</b>	<b>7.167</b>	<b>8.983</b>	<b>7.307</b>

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa3 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody's.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Arcelor Mittal	a. 2.221	3.279	2.221	3.279
Aplicações financeiras	b. 4.870	4.335	4.870	4.335
Aplicações financeiras vinculadas	c. 196.277	245.087	196.277	245.087
<b>Total</b>	<b>203.368</b>	<b>252.701</b>	<b>203.368</b>	<b>252.701</b>

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como mantidos até o vencimento e referem-se a:

a. 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela venceu em 30 de dezembro de 2017, sendo prorrogada para o primeiro dia útil subsequente: 02 de janeiro de 2018.

b. Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);

c. Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação	Renegociação	Variação AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2017
Circulante	112.483	9.519	-	-	44.291	(115.197)	(3.563)	47.533
Não Circulante	1.674.500	(9.519)	(13.522)	-	54.469	-	-	1.705.928
Ajuste a valor justo	(164.229)	-	-	70.068	-	-	-	(94.161)
Impairment acumulado	(1.092.533)	-	315.502	(251.690)	-	-	-	(1.028.721)
<b>Totais</b>	<b>530.221</b>	<b>-</b>	<b>301.980</b>	<b>(181.622)</b>	<b>98.760</b>	<b>(115.197)</b>	<b>(3.563)</b>	<b>630.579</b>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$3.563 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG, que serão repassados à MGI ao término da operação ("contas a receber do EMG"), e valores pagos nos últimos dois dias do mês, que serão recebidos pela MGI nos dois primeiros dias úteis do mês subsequente (floating a creditar).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	4.296
Até 12 meses	43.236
de 12 a 24 meses	46.829
de 24 a 36 meses	43.118
de 36 a 48 meses	35.312
de 48 a 60 meses	32.811
Após 60 meses	116.454
Total do valor nominal atualizado	322.056
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.431.405
Ajustes a valor justo (2)	(94.161)
Impairment acumulado (3)	(1.028.721)
<b>Total</b>	<b>630.579</b>

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição

Ações	Quantidade	Cotação/ /Custo	Custo Total (RS)	Cotação em 31/12/2017 (RS)	Aumento do Valor justo unitário (RS)	Ganho/Perda de Valor Justo (RS)	Saldo em 31/12/2017 (RS)
	74.141.429	7,71	571.630	6,87	(0,84)	(62.279)	509.351
CEMIG	3.154.494	4,44	14.004	6,87	2,43	7.667	21.671
	3.328.512	6,57	21.869	6,87	0,30	999	22.868
Totais	80.624.435					(53.613)	553.890

Ações	Quantidade	Cotação/ /Custo	Custo Total (RS)	Cotação em 31/12/2017 (RS)	Aumento do Valor justo unitário (RS)	Ganho/Perda de Valor Justo (RS)	Saldo em 31/12/2017 (RS)
	68.582.845	6,13	420.413	7,71	1,58	108.360	528.773
CEMIG	5.558.584	4,00	22.229	7,71	3,71	20.628	42.857
Totais	74.141.429					128.988	571.630

h. A subsidiária EMIP possui um saldo de R\$40.871 a receber do Estado de Minas Gerais, por intermédio de aporte de capital na MGI, referente a pagamentos de PPP's efetuados com recursos próprios da EMIP.

8. Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017:

7. Contas a receber e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
JCP/Dividendos a receber					
- parte relacionada	a.	40	20.325	40	20.325
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	1.352	1.756	1.352	1.756
Outras contas a receber					
- diversos		81	80	116	80
Créditos a recuperar		14	15	14	15
Direitos de Créditos Autônomos	c.	47.532	112.483	47.532	112.483
Floating a creditar	d.	489	3.177	489	3.177
Contas a receber - EMIP - Partes relacionadas		66	757	-	-
<b>Circulante</b>		<b>49.574</b>	<b>138.593</b>	<b>49.543</b>	<b>137.836</b>
Direitos de Créditos Autônomos	c.	583.047	417.738	583.047	417.738
Contas a receber do EMG	e.	42.982	36.730	42.982	36.730
Valores a receber do Estado ref. PPP	h.	-	-	40.871	41.028
Créditos a receber - Goes Cohabita	f.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	f.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	g.	553.890	571.630	553.890	571.630
<b>Não Circulante</b>		<b>1.179.919</b>	<b>1.026.098</b>	<b>1.220.790</b>	<b>1.067.126</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.229.493</b>	<b>1.164.691</b>	<b>1.270.333</b>	<b>1.204.962</b>

a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em participação acionária no BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$40 em 2017.

b. A Companhia possui com o EMG contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda ("SEF") e à Advocacia Geral do Estado ("AGE").

c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 14.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2017.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação	Renegociação	Variação AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2017
Circulante	112.483	9.519	-	-	44.291	(115.197)	(3.563)	47.533
Não Circulante	1.674.500	(9.519)	(13.522)	-	54.469	-	-	1.705.928
Ajuste a valor justo	(164.229)	-	-	70.068	-	-	-	(94.161)
Impairment acumulado	(1.092.533)	-	315.502	(251.690)	-	-	-	(1.028.721)
<b>Totais</b>	<b>530.221</b>	<b>-</b>	<b>301.980</b>	<b>(181.622)</b>	<b>98.760</b>	<b>(115.197)</b>	<b>(3.563)</b>	<b>630.579</b>

da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2017.

d. O floating a creditar refere-se a valores creditados dos direitos de créditos autônomos e disponíveis no segundo dia seguinte à sua liquidação no banco receptor (D+2).

e. Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros, a ser repassados a MGI no término da operação.

f. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A.. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

g. Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 80.624.435 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações.

A MGI, baseando-se no CPC 38 - Instrumentos financeiros - apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 80.624.435 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

6/11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

Data vencimento	Opções de Venda (Ativo)				Opções de Compra (Passivo)			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
12/07/2019	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
13/01/2020	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
13/07/2020	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	4.311.123	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.123	12,96
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	4.311.133	6,35	MGI	Credit Suisse	4.311.133	12,96
<b>TOTAL</b>			<b>81.911.347</b>				<b>81.911.347</b>	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra, de modo que não houve pagamentos, nem recebimentos, relativos a essas opções.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

A tabela abaixo apresenta os resultados encontrados, por meio de cálculo feito usando a calculadora "OVME" do terminal Bloomberg:

Data vencimento	Opções de Venda (Ativo)				Opções de Compra (Passivo)			
	Votalidade	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	
12/07/2019	55,69%	1,23	4.311.123	5.308	0,60	4.311.123	2.593	
13/01/2020	55,69%	1,35	4.311.123	5.837	0,85	4.311.123	3.652	
13/07/2020	52,14%	1,32	4.311.123	5.691	0,94	4.311.123	4.067	
12/01/2021	52,14%	1,36	4.311.123	5.849	1,13	4.311.123	4.889	
12/07/2021	49,50%	1,29	4.311.123	5.548	1,20	4.311.123	5.160	
12/01/2022	49,50%	1,29	4.311.123	5.548	1,35	4.311.123	5.819	
12/07/2022	46,36%	1,18	4.311.123	5.070	1,34	4.311.123	5.790	
12/01/2023	46,36%	1,16	4.311.123	5.003	1,46	4.311.123	6.314	
12/07/2023	45,78%	1,12	4.311.123	4.836	1,55	4.311.123	6.665	
12/01/2024	45,78%	1,10	4.311.123	4.723	1,65	4.311.123	7.100	
12/07/2024	43,45%	1,00	4.311.123	4.298	1,62	4.311.123	7.002	
13/01/2025	43,45%	0,96	4.311.123	4.144	1,71	4.311.123	7.386	
14/07/2025	41,60%	0,87	4.311.123	3.768	1,70	4.311.123	7.337	
12/01/2026	41,60%	0,84	4.311.123	3.623	1,77	4.311.123	7.648	
13/07/2026	41,60%	0,81	4.311.123	3.512	1,84	4.311.123	7.913	
12/01/2027	41,60%	0,79	4.311.123	3.391	1,89	4.311.123	8.155	
12/07/2027	41,60%	0,76	4.311.123	3.258	1,95	4.311.123	8.387	
12/01/2028	41,60%	0,72	4.311.123	3.118	2,00	4.311.123	8.605	
12/07/2028	41,60%	0,69	4.311.133	2.995	2,04	4.311.133	8.791	
<b>TOTAL</b>				<b>85.521</b>			<b>123.271</b>	

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2016	AVJ (nota 21)	31/12/2017
Opções de venda	59.477	26.044	85.521
Opções de compra	152.802	29.531	123.271

## 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a. 3.944	13.171	4.057	13.346
Tributos retidos	b. 4.739	-	4.758	-
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.683</b>	<b>13.171</b>	<b>8.815</b>	<b>13.346</b>
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a. 26.554	14.735	27.779	15.932
Tributos retidos	b. -	9.672	-	9.697
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>26.554</b>	<b>24.407</b>	<b>27.779</b>	<b>25.629</b>
<b>Total</b>	<b>35.237</b>	<b>37.578</b>	<b>36.594</b>	<b>38.975</b>

## a. Tributos a recuperar

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

## b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

## 10. Depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cível	a. 3.223	3.223	3.223	3.324
Tributária	b. 583	583	583	583
<b>Total</b>	<b>3.806</b>	<b>3.816</b>	<b>3.806</b>	<b>3.907</b>

a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais ("penhoras on-line") sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

## 11. Investimento em controlada

A Companhia tem participação em 100% do capital social da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (Subsidiária Integral). O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos na subsidiária.

Investimentos	Acumulado de Capital		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
EMIP - parte relacionada	47.903	690	(1.917)	46.676

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da controlada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	<b>Total do Ativo</b>	<b>48.920</b>	<b>48.911</b>	<b>48.920</b>
Passivo circulante	2.244	1.008	2.244	1.008
Patrimônio Líquido	46.676	47.903	46.676	47.903
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>48.920</b>	<b>48.911</b>	<b>48.920</b>	<b>48.911</b>

## 12. Outros investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Participações ao valor justo	a. 17.124	39.887
Participações ao custo de aquisição	b. 20.977	27.927
<b>TOTAL</b>	<b>38.101</b>	<b>67.814</b>

## a. Participações ao valor justo

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado			
Cemig	Copasa	Total	
Saldos em 31/12/2015	61.300	2.397	63.697
Custo das ações transferidas (i)	(22.218)	-	(22.218)
AVJ das ações transferidas (i)	(19.728)	-	(19.728)
Ajuste a Valor Justo do período	14.889	3.247	18.136
Saldos em 31/12/2016	34.243	5.644	39.887

Controladora e Consolidado			
Cemig	Copasa	Total	
Saldos em 31/12/2016	34.243	5.644	39.887
Custo das ações transferidas (i)	(14.004)	-	(14.004)
AVJ das ações transferidas (i)	(11.483)	-	(11.483)
Aquisição de Ações	1.503	-	1.503
Ajuste a Valor Justo do período	155	1.066	1.221
Saldos em 31/12/2017	10.414	6.710	17.124

(i) Transferência para Direito Creditório: Em atendimento à Cláusula Sexta - Ajustes Adicionais do Contrato de Hedge firmado entre a MGI e o Credit Suisse, caso ocorra

A MGI, baseando-se no CPC 38 - Instrumentos Financeiros - apurou no exercício, perda de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e ganho de ajuste a valor justo sobre ações da COPASA, conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2016 (R\$)	Cotação de aquisição	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2017 (R\$)	Aumento do Valor Justo Unitário (R\$)	Valor Justo em 31/12/2017	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)
CEMIG	1.286.922	7,71	-	9.922	6,87	(0,84)	8.842	(1.080)
CEMIG	228.825	-	6,57	1.503	6,87	0,30	1.572	69
<b>Total CEMIG (a)</b>	<b>1.515.747</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.425</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.414</b>	<b>(1.011)</b>
COPASA	154.640	36,50	-	5.644	43,39	6,89	6.710	1.066
							17.124	56

(a) Valor composto conforme abaixo:

	Quantidade	Valor
Valor justo das ações até 30/06/2017	4.441.416	1.643
Valor justo das ações baixadas em 01/07/2017	(3.154.494)	(1.167)
Valor justo das ações disponíveis de 30/06/2017 a 30/09/2017	1.286.922	(128)
Valor justo das ações disponíveis de 30/09/2017 a 31/12/2017	1.515.747	(1.359)
		(1.011)

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2015 (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2016 (R\$)	Aumento do Valor Justo Unitário (R\$)	Valor Justo em 31/12/2016	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)
CEMIG	4.441.416	6,13	27.226	7,71	1,58	34.244	7.018
COPASA	154.640	15,50	2.397	36,50	21,00	5.644	3.247
						39.888	10.264

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

## Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferenciais já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 13.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	Quantidade de ações	
	31/12/2017	31/12/2016
CEMIG - livres	228.825	-
CEMIG - bloqueadas	1.286.922	4.441.416
CEMIG - emprestadas (Direitos creditórios - vide nota 7.g)	80.624.435	74.141.429
<b>TOTAL</b>	<b>82.140.182</b>	<b>78.582.845</b>

anúncio de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos em dinheiro das CMIG4s, os parâmetros "Quantidade" e "Preço de Exercício" das opções serão ajustados e, consequentemente, serão efetuados novos empréstimos de CMIG4, a título gratuito, de forma que a quantidade de CMIG4s emprestadas, nos termos do Contrato de Empréstimo de ações, seja ao menos igual ao somatório das Quantidades das Opções Flexíveis de Compra vigentes. Durante este exercício, foram realizados empréstimos adicionais de 6.483.006 ações CMIG4 ao Credit Suisse.

Em novembro e dezembro de 2017, a Companhia adquiriu um montante de 3.557.337 ações CMIG4. Deste total, 3.328.512 foram imediatamente emprestadas ao Credit Suisse, em conformidade com o Contrato de Hedge, e 228.825 ações foram mantidas livres.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 está representado por 1.515.747 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (veja nota 23.p).

## b. Participações ao custo amortizado

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor ao custo amortizado.

	BDMG	Grupo Gerdau	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	-	9.826	109	9.935
Aquisição de Ações	17.992	-	-	17.992
Saldos em 31/12/2016	17.992	9.826	109	27.927
Saldos em 31/12/2016	17.992	9.826	109	27.927
Aquisição de Ações	80	-	-	80
Impairment acumulado	(2.473)	(4.455)	(102)	(7.030)
Saldos em 31/12/2017	15.599	5.371	7	20.977



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

7/11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

## 13 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2017 estão assim evidenciados:

Tipo	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2016	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	31/12/2017
<b>Debêntures Subordinadas (a)</b>						
Passivo circulante	-	76.864	-	(76.864)	-	-
Passivo não circulante	969.531	(76.864)	79.701	-	-	972.368
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(429.081)	-	87.292	-	-	(341.789)
<b>Total</b>	<b>540.450</b>	<b>-</b>	<b>166.993</b>	<b>(76.864)</b>	<b>-</b>	<b>630.579</b>
<b>Debêntures Seniores (b)</b>						
Passivo circulante	28.472	-	1.674	(1.516)	(28.630)	-
<b>Total</b>	<b>28.472</b>	<b>-</b>	<b>1.674</b>	<b>(1.516)</b>	<b>(28.630)</b>	<b>-</b>
<b>Debêntures 5ª emissão (c)</b>						
Passivo circulante	52.157	(405)	86.640	(103.791)	-	34.601
Passivo não circulante	644.088	405	-	-	-	644.493
<b>Total</b>	<b>696.245</b>	<b>-</b>	<b>86.640</b>	<b>(103.791)</b>	<b>-</b>	<b>679.094</b>
<b>TOTAL DE DEBÊNTURES</b>	<b>1.265.167</b>	<b>-</b>	<b>255.307</b>	<b>(182.171)</b>	<b>(28.630)</b>	<b>1.309.673</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>80.629</b>	<b>76.459</b>	<b>88.314</b>	<b>(182.171)</b>	<b>(28.630)</b>	<b>34.601</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.184.538</b>	<b>(76.459)</b>	<b>166.993</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.275.072</b>

## a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações das Debêntures Seniores.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como "Rompidos", ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

## b. Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013, com vencimento final em 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

As debêntures de 3ª Emissão - Seniores foram totalmente liquidadas em 30 de agosto de 2017.

## c. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu, em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal "covenant", o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o "valor do hedge", dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 1.286.922 ações (vide nota 12.a.1) preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

## 14. Obrigações por repasses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	8.762	11.044	8.762	11.044
Recursos da venda de imóveis de terceiros - partes relacionadas	3.645	2.886	3.645	2.886
Créditos de terceiros	372	364	2.107	446
Obrigações com EMG - partes relacionadas	2.160	2.160	2.160	2.160
Obrigações com a Codemig - partes relacionadas	17.992	17.992	17.992	17.992
Outras obrigações	39	33	39	33
	<b>32.970</b>	<b>34.479</b>	<b>34.705</b>	<b>34.561</b>
Circulante	12.818	14.327	14.553	14.409
Não Circulante	20.152	20.152	20.152	20.152

a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;

b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;

c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.

d) Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos, conforme descrito na nota 7c.

e) Valor relativo ao contrato de compra e venda de ações celebrado com a Codemig, em 16 de junho de 2016, como objeto da aquisição, pela MGI, de 578.039.299 ações emitidas pelo BDMG, pertencentes à Codemig, pelo valor de R\$17.992.

## 15. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>	<b>(12.480)</b>	<b>(133.435)</b>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(4.243)	(45.368)	(4.243)	(45.368)
Receitas de dividendos	(6.590)	(9.222)	(6.590)	(9.222)
Equivalência Patrimonial	652	1.093	-	(345)
Provisão para perdas de investimentos	2.390	16.973	2.390	16.973
Impairment Direitos creditórios	85.575	70.333	85.536	71.059
Ajuste a valor justo (i)	(97.484)	(47.857)	(97.484)	(47.857)
Outras despesas não dedutíveis	30	6	30	6
Imposto diferido não constituído	19.670	14.042	20.361	14.754
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## 16. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) Codemig.

	31/12/2017							
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Circulante:</b>	<b>1.352</b>	-	-	<b>65</b>	-	<b>40</b>	-	<b>1.457</b>
Contas a receber, JSCP e Dividendos	1.352	-	-	65	-	40	-	1.457
<b>Não Circulante:</b>	<b>42.982</b>	-	-	-	-	-	-	<b>42.982</b>
Contas a receber	42.982	-	-	-	-	-	-	42.982
<b>Passivos</b>								
<b>Circulante</b>	<b>3.645</b>	-	-	-	<b>17.992</b>	-	-	<b>21.637</b>
Obrigações por Repasse	3.645	-	-	-	17.992	-	-	21.637
<b>Não Circulante</b>	<b>632.739</b>	-	-	-	-	-	-	<b>632.739</b>
Debêntures 2ª emissão	630.579	-	-	-	-	-	-	630.579
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160

	31/12/2017							
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
<b>Receitas</b>	<b>1.656</b>	-	<b>22.651</b>	<b>(1.917)</b>	-	-	-	<b>22.390</b>
Serviços Prestados	1.656	-	22.651	(1.917)	-	-	-	1.656
Participações Acionárias	-	-	22.651	-	-	-	324	22.975
Equivalência Patrimonial	-	-	-	(1.917)	-	-	-	(1.917)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	<b>155</b>	-	-	-	<b>1.065</b>	<b>1.220</b>
<b>Custo com Debêntures 2ª Emissão</b>	<b>79.701</b>	-	-	-	-	-	-	<b>79.701</b>

	31/12/2016							
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Circulante:</b>	<b>1.756</b>	-	<b>20.172</b>	<b>757</b>	-	<b>121</b>	<b>31</b>	<b>22.837</b>
Contas a receber, JSCP e Dividendos	1.756	-	20.172	757	-	121	31	22.837
<b>Não Circulante:</b>	<b>36.730</b>	-	-	-	-	-	-	<b>36.730</b>
Contas a receber	36.730	-	-	-	-	-	-	36.730
<b>Passivos</b>								
<b>Circulante</b>	<b>2.886</b>	-	-	-	<b>17.992</b>	-	-	<b>20.878</b>
Obrigações por Repasse	2.886	-	-	-	17.992	-	-	20.878
<b>Não Circulante</b>	<b>542.610</b>	-	-	-	-	-	-	<b>542.610</b>
Debêntures 2ª emissão	540.450	-	-	-	-	-	-	540.450
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160

	31/12/2016							
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
<b>Receitas</b>	<b>1.934</b>	<b>1.015</b>	<b>50.834</b>	<b>(4.230)</b>	-	<b>143</b>	<b>104</b>	<b>49.800</b>
Serviços Prestados	1.934	-	-	-	-	-	-	1.934
Participações Acionárias	-	-	50.834	-	-	143	104	51.081
Equivalência Patrimonial	-	1.015	-	(4.230)	-	-	-	(3.215)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	<b>3.977</b>	<b>(6.804)</b>	-	-	<b>3.247</b>	<b>420</b>
<b>Custo com Debêntures</b>	<b>102.752</b>	-	-	-	-	-	-	<b>102.752</b>

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

## Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Diretoria	1.241	1.222
Conselho de Administração	291	294
<b>Honorários</b>	<b>1.532</b>	<b>1.516</b>

## 17. Patrimônio líquido

## a. Capital social

Durante o exercício de 2017, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$106.169. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

i. Ajustes a valor justo referente as ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na DRE, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 07) e Debêntures (nota 13).

## a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas nos exercícios de 2014 a 2017, que seriam registrados no ativo diferido, a Companhia vem controlando os saldos somente no Lalur, visto que não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, conforme recomenda o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Base de calculo negativa/				
Prejuízo fiscal	57.854	41.301	59.771	43.394
IRPJ/CSLL (34%)	19.670	14.042	20.322	14.754

## b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>6.205</b>	<b>20.015</b>	<b>6.205</b>	<b>20.015</b>
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(1.551)	(5.004)	(1.551)	(5.004)
Contribuição social (9%)	(559)	(1.801)	(559)	(1.801)
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(6.805)</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(6.805)</b>

	31/12/2017							
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Circulante:</b>	<b>1.352</b>	-	-	<b>65</b>	-	<b>40</b>	-	<b>1.457</b>
Contas a receber, JSCP e Dividendos	1.352	-	-	65	-	40	-	1.457
<b>Não Circulante:</b>	<b>42.982</b>	-	-	-	-	-	-	<b>42.982</b>
Contas a receber	42.							



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

8/11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2017 é R\$1.101.755.

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da subsidiária EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento às normas contábeis brasileiras.

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

**b. Ações em tesouraria**

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

**d. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei.

**e. Resultado líquido por ação básico e diluído**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	574.439	574.439	574.439	574.439
Resultado do período	(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
<b>Resultado por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>(21,73)</b>	<b>(232,29)</b>	<b>(21,73)</b>	<b>(232,29)</b>

**18. Receita**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de serviços	1.656	1.934	1.656	1.934
Receitas de recuperação de créditos	3.542	4.985	3.542	4.985
Receitas de atualização de créditos	a. 98.761	128.634	98.761	128.635
Receita de participação acionária	b. 23.102	51.127	23.102	51.127
Receitas de vendas de imóveis	-	-	614	1.041
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	70.069	90.473	70.069	90.473
Impostos sobre serviços (ISS)	(83)	(97)	(83)	(97)
PIS/COFINS	(1.573)	(2.851)	(1.636)	(2.949)
<b>Receita Total</b>	<b>195.474</b>	<b>274.205</b>	<b>196.025</b>	<b>275.149</b>

a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.

b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e venda de direitos de subscrição de ações decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cemig - parte relacionada	22.651	50.834	22.651	50.834
Copasa - parte relacionada	324	104	324	104
Gerdau Açominas S.A.	110	29	110	29
BDMG	-	143	-	143
Outras	17	17	17	17
	<b>23.102</b>	<b>51.127</b>	<b>23.102</b>	<b>51.127</b>

**19. Custos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	5.137	4.511	5.137	4.511
Obrigações por repasse	979	2.217	979	2.217
Serviços de terceiros	658	613	658	613
Despesas judiciais	256	290	256	290
Juros sobre Debêntures	a. 167.451	223.029	167.451	223.029
Amortização de custos de transação	563	1.109	563	1.109
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	87.292	54.345	87.292	54.345
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	745	1.549
Demais custos	199	179	199	179
<b>Custos Total</b>	<b>262.535</b>	<b>286.293</b>	<b>263.280</b>	<b>287.842</b>

a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.

**20. Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas aplicações financeiras	18.626	37.029	18.724	37.181
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.222	1.803	1.222	1.803
Receitas de atualização de créditos	2.794	3.663	2.914	3.832
PIS/COFINS	(4.853)	(7.935)	(4.863)	(7.947)
	<b>17.789</b>	<b>34.560</b>	<b>17.997</b>	<b>34.869</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
IOF	(374)	(380)	(384)	(426)
Outras despesas	(146)	(21)	(146)	(21)
	<b>(520)</b>	<b>(401)</b>	<b>(530)</b>	<b>(447)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>17.269</b>	<b>34.159</b>	<b>17.467</b>	<b>34.422</b>

**21. Resultado de ajustes a valor justo**

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ajuste a valor justo</b>				
Ganho/(perda) de AVJ das ações da Cemig emprestadas	(53.613)	78.178	(53.613)	78.178
Ganho/(perda) de AVJ das opções de venda	26.044	20.707	26.044	20.707
Ganho/(perda) de AVJ das opções de compra	29.531	(47.041)	29.531	(47.041)
Ganho/(perda) de AVJ dos Direitos de Créditos Autônomos	301.980	-	301.980	-
	<b>303.942</b>	<b>51.844</b>	<b>303.942</b>	<b>51.844</b>

**22. Convênios**

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683 com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil e o restante, R\$141.200, proveniente de operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do

Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou vários aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais foi integralizado o montante de R\$101.000, restando R\$117.806 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, foram repassados R\$1.174.056 aos convenentes, em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos convenentes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação ocorrida no período está demonstrada abaixo:

Convênios	31/12/2016		Movimentações		31/12/2017	
	Saldo inicial		Pagamentos	Devoluções	Saldo	Final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG - SEAPA	5.069		-	(51)		5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	1.913		-	(13)		1.900
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	96.700		315	(1.538)		95.477
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	16.592		-	(2.415)		14.177
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	6.172		-	0		6.172
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	8.230		-	(471)		7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	997.787		13.679	(18.084)		993.382
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	31.758		-	(2.285)		29.473
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234		-	-		4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864		-	-		12.864
Sec. Est. Desenvolvimento Econômico - SEDE	3.600		-	-		3.600
	<b>1.184.919</b>		<b>13.994</b>	<b>(24.857)</b>		<b>1.174.056</b>

As prestações de contas desses convênios devem ser apresentadas pelos Convenentes à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas têm como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 887 convênios vencidos há mais de 90 dias sem o recebimento das respectivas prestações de contas, conforme detalhado abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG - SEAPA	49	4.840
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	2	135
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	142	37.494
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	10	6.121
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	577	215.712
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	100	26.564
	<b>887</b>	<b>311.704</b>

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interviniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

**Detalhamento da Situação dos Convênios Pendentes de Prestação de Contas**

Situação	Quantidade		Valor	
Prestação de contas em análise na Secretaria interviniente	832		281.938	
Convênios em processo de tomada de contas especial	1		273	
Convênios com medidas administrativas no TCE	54		29.493	
<b>Total</b>	<b>887</b>		<b>311.704</b>	

CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017
			Divulgado
<b>Ativo</b>			
Títulos e valores mobiliários	215.935	(12.567)	203.368
Contas a receber e outros créditos	2.353.975	(1.174.056)	1.179.919
Outros	267.114	-	267.114
<b>Total do ativo</b>	<b>2.837.024</b>	<b>(1.186.623)</b>	<b>1.650.401</b>

CONSOLIDADO	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017
			Divulgado
<b>Ativo</b>			
Títulos e valores mobiliários	215.935	(12.567)	203.368
Contas a receber e outros créditos	2.394.846	(1.174.056)	1.220.790
Outros	228.422	-	228.422
<b>Total do ativo</b>	<b>2.839.203</b>	<b>(1.186.623)</b>	<b>1.652.580</b>

CONTROLADORA	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
			Divulgado
<b>Ativo</b>			
Títulos e valores mobiliários	254.406	(1.705)	252.701
Contas a receber e outros créditos	2.211.017	(1.184.919)	1.026.098
Outros	362.642	-	362.642
<b>Total do ativo</b>	<b>2.828.065</b>	<b>(1.186.624)</b>	<b>1.641.441</b>

CONSOLIDADO	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
			Divulgado
<b>Ativo</b>			
Títulos e valores mobiliários	254.406	(1.705)	252.701
Contas a receber e outros créditos	2.252.045	(1.184.919)	1.067.126
Outros	321.865	-	321.865
<b>Total do ativo</b>	<b>2.828.316</b>	<b>(1.186.624)</b>	<b>1.641.692</b>

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia, não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

**23. Contingências não provisionadas**

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

• Processo em trâmite contra a Companhia na 1ª Vara de Tributários do Estado - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 7-f). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de R\$49.302. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$9.540. Valores atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas demonstrações financeiras. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

**24. Instrumentos Financeiros****Gerenciamento de risco financeiro****a. Visão geral**

A Companhia e sua subsidiária apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

Dando continuidade ao processo de melhoria dos controles internos relacionados aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer legal, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termos de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda numa eventual defesa (remoto, possível e provável).

Com base em parecer de especialistas, a administração concluiu que:

"No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplimento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos."

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017
			Divulgado
<b>Passivo</b>			



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

9/11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

As projeções de performance dos Direitos de Crédito Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 30 de setembro de 2017 decorreu-se sessenta meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.961	7.167	8.983	7.307
Títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo)	6	203.368	252.701	203.368	252.701
Contas a receber e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	7	1.229.453	1.144.366	1.270.293	1.184.637
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7	40	20.325	40	20.325
Contratos de opções flexíveis	8	85.521	59.477	85.521	59.477
<b>Total</b>		<b>1.526.343</b>	<b>1.484.036</b>	<b>1.568.205</b>	<b>1.524.447</b>

(i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos aos proventos das ações alienadas fiduciariamente (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Crédito Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações

prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 24.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 7.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de sua subsidiária de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e sua subsidiária sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de sua subsidiária.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar		218	244	218	244
Debêntures Subordinadas	13	630.579	540.450	630.579	540.450
Debêntures Seniores	13	-	28.472	-	28.472
Debêntures 5ª Emissão	13	679.094	696.245	679.094	696.245
Obrigações por repasse (curto e longo prazo)	14	32.970	34.479	34.705	34.561
Contrato de opções flexíveis	8	123.271	152.802	123.271	152.802
<b>Total</b>		<b>1.466.132</b>	<b>1.452.692</b>	<b>1.467.867</b>	<b>1.452.774</b>

	Controladora					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	218	-	-	-	-	218
Debêntures Subordinadas	-	-	-	630.579	-	630.579
Debêntures Seniores	-	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão	29.094	-	-	168.532	481.468	679.094
Obrigações por repasse	-	39	12.779	20.152	-	32.970
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	31.969	91.302	123.271
<b>Total</b>	<b>29.312</b>	<b>39</b>	<b>12.779</b>	<b>851.232</b>	<b>572.770</b>	<b>1.466.132</b>

	Consolidado					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	218	-	-	-	-	218
Debêntures Subordinadas	-	-	-	630.579	-	630.579
Debêntures Seniores	-	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão	29.094	-	-	168.532	481.468	679.094
Obrigações por repasse	-	39	14.514	20.152	-	34.705
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	31.969	91.302	123.271
<b>Total</b>	<b>29.312</b>	<b>39</b>	<b>14.514</b>	<b>851.232</b>	<b>572.770</b>	<b>1.467.867</b>

	Controladora					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	244	-	-	-	-	244
Debêntures Subordinadas	-	-	-	-	540.450	540.450
Debêntures Seniores	3.760	7.363	17.349	-	28.472	28.472
Debêntures 5ª Emissão	46.245	-	-	120.380	529.620	696.245
Obrigações por repasse	-	33	14.294	20.152	-	34.479
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	29.535	123.267	152.802
<b>Total</b>	<b>50.249</b>	<b>7.396</b>	<b>31.643</b>	<b>170.067</b>	<b>1.193.337</b>	<b>1.452.692</b>

	Consolidado					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	244	-	-	-	-	244
Debêntures Subordinadas	-	-	-	-	540.450	540.450
Debêntures Seniores	3.760	7.363	17.349	-	28.472	28.472
Debêntures 5ª Emissão	46.245	-	-	120.380	529.620	696.245
Obrigações por repasse	-	33	14.376	20.152	-	34.561
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	29.535	123.267	152.802
<b>Total</b>	<b>50.249</b>	<b>7.396</b>	<b>31.725</b>	<b>170.067</b>	<b>1.193.337</b>	<b>1.452.774</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vencidas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, RS10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debêntures da 5ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 12 de julho e 12 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 12 de janeiro de 2016 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em 12 de julho de 2019 e o último na data de seu vencimento.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e sua subsidiária não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

A Companhia e sua subsidiária adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Indexador CDI</b>		
Aplicações financeiras	13.739	11.601
Aplicações financeiras vinculadas	196.277	245.087
Total de direitos creditórios (a)	630.579	530.221
Debêntures	(1.309.673)	(1.265.167)
Saldo líquido de exposição	(469.078)	(478.258)
<b>Indexador IGP-M</b>		
Títulos e valores mobiliários	2.221	3.279

(a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

• Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e sua subsidiária. Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo						
<b>Mantidos até o vencimento</b>								
Títulos e valores mobiliários	203.368	203.368	252.701	252.701	203.368	203.368	252.701	252.701
<b>Designados ao valor justo</b>								
Direitos Creditórios Credit Suisse	639.411	639.411	631.107	631.107	639.411	639.411	631.107	631.107
Contratos de opções flexíveis	553.890	553.890	571.630	571.630	553.890	553.890	571.630	571.630
	85.521	85.521	59.477	59.477	85.521	85.521	59.477	59.477
<b>Disponíveis para venda</b>								
Outros investimentos	38.101	38.101	67.814	67.814	43.736	43.736	74.038	74.038
Imóveis para venda	-	-	-	-	5.635	5.635	6.224	6.224
<b>Empréstimos e recebíveis</b>								
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	675.603	675.603	593.061	593.061	716.443	716.443	633.332	633.332
Direitos de Créditos Autônomos	45.024	45.024	62.840	62.840	85.864	85.864	103.111	103.111
	630.579	630.579	530.221	530.221	630.579	630.579	530.221	530.221
<b>Outros passivos financeiros</b>								
Fornecedores	1.342.861	1.342.861	1.299.890	1.299.890	1.344.596	1.344.596	1.299.972	1.299.972
Obrigações por repasse	218	218	244	244	218	218	244	244
Debêntures	32.970	32.970	34.479	34.479	34.705	34.705	34.561	34.561
	1.309.673	1.309.673	1.265.167	1.265.167	1.309.673	1.309.673	1.265.167	1.265.167
<b>Passivos financeiros designados ao valor justo</b>								
Contratos de opções flexíveis	123.271	123.271	152.802	152.802	123.271	123.271	152.802	152.802

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

• **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** - Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Obrigações por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento

realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

• Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2017, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

	(Redução em milhares de reais)			
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	8.209	16.418
Premissas para a análise de sensibilidade:				
<b>Variável de risco</b>		<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
CDI (% a.a.) *		7,00	5,25	3,50

\* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e sua subsidiária.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e sua subsidiária não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível I da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,20% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,002%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua subsidiária.

O objetivo da Companhia e de sua subsidiária é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

10/11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(em milhares de reais)

- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

## Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

## Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	Reconhecimento inicial
<b>24 de julho de 2012</b>	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

## Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

## a. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por

corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem Mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem Mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Contas a receber				
- Credit Suisse nota 7.g	553.890	553.890	-	-
Contrato de opções flexíveis nota 8	85.521	85.521	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa nota 12.a	17.123	17.123	-	-

A nota explicativa 12.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços, Gerdau América do Sul Participações e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

## 25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da MGI Minas Gerais Participações S.A. Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MGI - Minas Gerais Participações S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## Mensuração dos Direitos Creditórios Autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 (c), os direitos creditórios são contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o processo de avaliação envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas que são afetadas por expectativas futuras de mercado e condições econômicas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$630.579 mil no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) utilização de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na avaliação e teste das premissas e metodologias utilizadas pela administração na preparação das projeções de fluxos de caixa, em particular aquelas relacionadas à receita projetada e taxa de desconto; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (d) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (e) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 7 (c) às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos direitos creditórios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos direitos autônomos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Mensuração das Opções Flexíveis de compra e venda

Conforme divulgado na nota explicativa 8, no escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções

asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. O modelo usado na apuração do valor justo dessas opções foi o Modelo Black & Scholes, ajustado para ações que pagam dividendos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o modelo de precificação das opções envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas complexas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$85.521 mil no ativo e R\$123.271 mil no passivo, no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às debêntures e opções flexíveis; (b) utilização de especialistas na avaliação para nos auxiliar na análise do modelo de precificação utilizado pela companhia; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (d) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (e) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o modelo de precificação, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração das opções flexíveis, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Convênios

Conforme divulgado na nota explicativa 22, O Estado de Minas Gerais ("EMG"), por intermédio da Secretaria de Estado do Governo, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado De Fazenda, realizou termo de cooperação técnica com a MGI, cujo objeto é a mútua cooperação entre o EMG e a Companhia com o intuito de viabilizar a execução de investimentos mediante a realização de convênios.

A MGI utiliza os recursos públicos para gestão e execução dos investimentos previstos no termo de cooperação, devendo atuar em conjunto com outras entidades públicas municipais e estaduais, na condição de concedente, com entidades estaduais, municipais e privadas. A Companhia celebra convênios com municípios e entidades estatais para a execução dos programas governamentais, nos quais os órgãos da administração pública estadual figuram como intervenientes exclusivamente para prestar apoio operacional.

O termo de cooperação determina uma série de obrigações da Companhia a fim de assegurar a prestação de contas por parte dos convenientes e o ressarcimento ao erário.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que os valores envolvidos na gestão dessas operações são relevantes, bem como o julgamento envolvido no entendimento das responsabilidades e eventuais riscos relacionados a esses convênios.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos e a validação dos controles internos relacionados aos convênios; (b) a leitura dos termos e regulamentos vigentes relacionados à operação; e (c) a análise o parecer legal obtido de consultor jurídico externo à Companhia sobre as responsabilidades e eventuais penalidades da MGI sobre atrasos no recebimento das prestações de contas dos convenientes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os controles internos de convênios, consideramos que os controles internos assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

## Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 29 de março de 2017, com ressalva sobre os convênios vencidos e que estavam sem a respectiva validação da prestação de contas bem como ausência de evidências de inspeção física realizadas pela MGI ou pela Secretaria conveniada.

## Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade Civil Patrimonial	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
	3.000	-
TOTAL	640	787
	3.640	787

## 26. Eventos Subsequentes

Em 08 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, ATA 001/2018, deliberou dentre outros assuntos, a adoção das providências iniciais necessárias à realização das operações de cessão e aquisição de direitos de créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa do Estado de Minas Gerais - EMG. A cessão, a ser firmada por meio de contrato entre o EMG e a MGI, compreenderá um total de até R\$2.000.000 em direitos creditórios, cujo pagamento do preço de aquisição será efetivado por meio da emissão de debêntures subordinadas pela MGI (sexta emissão), no mesmo valor dos direitos creditórios cedidos, sendo tais debêntures, totalmente subscritas e integralizadas pelo Estado.

Em 09 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, ATA 002/2018, deliberou a exoneração de membro da Diretoria-Executiva, Sr. Mário Assad Júnior, do cargo de Diretor-Presidente, e eleição de novo membro, Sr. Antônio Eustáquio da Silveira, para o mesmo cargo.

## Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente  
Fernando Viana Cabral - Vice-presidente  
Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro  
Otílio Prado - Membro  
Mariah Brochado Ferreira - Membro  
Grasielle Oliveira Esposito - Membro  
Flávia Cristina Mendonça Faria da Pieve - Membro

## Diretoria Executiva

Antônio Eustáquio da Silveira - Diretor Presidente  
Paulo Roberto de Araújo - Diretor Vice-Presidente  
Leandro Ramon Campos Gusmão - Diretor Administrativo  
Walmir Pinheiro de Faria - Diretor de Relações com Investidores  
Carlos Gomes Sampaio de Freitas - Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

## Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes  
CRC/MG 68.072/O-9

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes  
S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Flávio de Aquino Machado  
Contador CRC-1MG065899/O-2



**MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

11/11

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e

Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, considerando o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S sobre eles emitido, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.  
Belo Horizonte, 26 de março de 2018.

Marcelo Antônio Ferreira Velloso  
Nilmário de Miranda  
Natália Freitas Miranda  
Neyanne Goulart Corrêa  
Francisco Eduardo Moreira

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais,

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores

Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.  
Belo Horizonte, 26 de março de 2018.  
A Diretoria

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais,

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações

Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.  
Belo Horizonte, 26 de março de 2018.  
A Diretoria

**COMUNICADO PÚBLICO**

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Coronel Fabriciano - MG no dia 09/04/2018, a partir das 10h10. A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 10h50.

**Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 12.259.957/0001-36 - NIRE 3130009608-4  
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
Ficam os acionistas da Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2018, às 11:30 horas, na sede da Companhia, na BR 381, KM 492, São João, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, CEP 32.655-505, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (I) Exame, discussão e votação das contas dos administradores, demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e do parecer dos auditores independentes; (II) Exame, discussão e votação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição dos dividendos, se aplicável; e (III) Eleição e/ou reeleição dos administradores da Companhia e a fixação da respectiva remuneração. Em Assembleia Geral Extraordinária: (IV) Exame, discussão e votação das contas da Associação do Fundo de Promoção e Propaganda do Parque Shopping Betim, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Sendo o que nos cabia para o momento, subscrevemos a presente. Betim, 20 de março de 2018. Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista, (04, 10 e 17/04/2018)

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ICARAI DE MINAS MG**

Torna público que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO nº 004/2018, Processo Licitatório nº 037/2018. Objeto: CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CLÍNICOS COM BASE NA TABELA DE PREÇOS SUS. Abertura de envelopes: 03/05/2018, às 09:00. Informações: na sede da Prefeitura Municipal, site: [www.icaraideminas.mg.gov.br](http://www.icaraideminas.mg.gov.br), email: [licitação@icaraideminas.mg.gov.br](mailto:licitação@icaraideminas.mg.gov.br). Icarai de Minas, 09 de abril de 2018. Emerson Marques de Jesus – Presidente da CPL.

**Fundação Municipal de Saúde de Maria da Fé – MG**

Torna público o Processo Licitatório nº 008/2018, Pregão Presencial nº 002/2018, para Aquisição de Oxigênio Medicinal e Equipamentos Auxiliares, em atendimento ao Hospital Municipal Ferraz e Torres nesta cidade. O Edital completo está disponível na Fundação Municipal de Saúde de Maria da Fé, solicitar pelo e-mail: [comprashospitalmdf@gmail.com](mailto:comprashospitalmdf@gmail.com) Fone: (35)36621118.  
Maria da Fé, 09 de Abril de 2018  
HIGOR SIQUEIRA DE MORAES  
Pregoeiro da Fundação

**BR FRANCE VEÍCULOS LTDA.**

CNPJ/MF nº 11.953.116/0001-61  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
A Administração convoca os senhores quotistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2018, às 16h, na sede social, em Belo Horizonte - MG, na Rua Professor Moraes, nº 485, Bairro Funcionários, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Prestação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017; II – Destinação e distribuição de lucros de 2017; e III – Aumento de capital social. Belo Horizonte, 05 de abril de 2018. A Administração, por Orlando Carlos da Silva Júnior e Luis Fernando Machado e Silva.

Juiz de Direito Da 12ª Vara Cível Da Comarca De Belo Horizonte/MG. Edital De Citação. Prazo de 20 dias. O Dr. Jefferson Maria, MM. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramitam os autos da Ação de Execução Título Extrajudicial, processo nº 024.12.203.064-6, requerida por HSB Finance (Brasil) S.A. - Banco Múltiplo, CNPJ nº 33.254.319/0001-00, em face de Marco Antonio de Vasconcelos, CNPJ nº 07.627.911/0001-92, e de Marco Antonio de Vasconcelos, CPF nº 176.097.986-49. Alega o exequente, em síntese, que a presente ação funda-se no inadimplemento de Títulos Executivos Extrajudiciais (Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças de nº 14190390330) e que houve várias tentativas de composição amigável; sem êxito. Assim expediu-se o presente edital para Citação dos executados Marco Antonio de Vasconcelos, CNPJ nº 07.627.911/0001-92, e de Marco Antonio de Vasconcelos, CPF nº 176.097.986-49, que se encontram em local incerto e não sabido, para, querendo, com fulcro no artigo 827 e seguintes, do CPC, pagar a importância de R\$28.609,94 (vinte e oito mil, seiscentos e nove reais e noventa e quatro centavos), atualizado até 01/08/2015, no prazo de 03 dias, sob pena de penhora e avaliação de bens, caso em que o devedor poderá, se quiser, ofertar embargos, no prazo de 15 dias. Para a hipótese de imediato e integral pagamento, no prazo de 03 dias, os honorários advocatícios ficam reduzidos de 20% para 10% sobre o valor efetivo do débito. Fica a parte executada advertida da possibilidade de parcelar o débito em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (Lei 6.899/81, art. 1º, § 1º) e juros moratórios de 1% ao mês (art. 406, CCB), na forma do art. 916 do CPC e ainda para, querendo, embargar a execução no prazo de 15 dias. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 08/03/2018. k-10e11/04

**REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE – EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGÊNIO REIS DUTRA**, Oficial Interino do 6º

Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário nº 144440316940-5, INTIMA O Sr. ANDERSON DA SILVA ANDRADE, residente em local incerto e ignorado, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 12/06/2013, registrado sob nº R-10, na Matrícula nº 46.355 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Avenida José Bonifácio, nº 180, Apto. 511, Tipo B, Edifício 3, Conjunto Residencial do Bairro Industrial, 6ª Seção Suburbana, Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 10/04/2018, perfaz o montante de R\$29.818,66, relativo a prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 – Savassi – Belo Horizonte/MG, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima descrito, purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 10 de abril de 2018. O Oficial Interino, (ass) Paulo Eugênio Reis Dutra.

**EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO**

ARAXA - MG  
Data do leilão: 10/04/18 - A partir das: 09:00  
Local: AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ANTONIO CARLOS, 83, CENTRO, ARAXA, MG  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matrícula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX BNH, venderá na forma da lei nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.  
A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo no prazo improrrogável de 08 (oito) dias devidamente corrigido pelo índice que remunera as cadernetas de poupança do dia do aniversário do contrato, sob pena de perda do sinal dado além da comissão legal do leiloeiro.  
Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.  
SED:18F69- CONTRATO: 8009700021148- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0097 - ARAXA  
IVANIR DOS REIS DA SILVA, BRASILEIRO(A), COZINHEIRO CPF 13123512843, CI M-4113168 SP/MG, SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver. CPF: IARA APARECIDA DOS SANTOS, BRASILEIRO(A), COZINHEIRA CPF 92805337620, CI MG-6945103 SSP/MG, SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver.  
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA RESIDENCIAL, A RUA JOANA MATOS LIMA (ANT RUA C), Nº 120, LOTE 28, QUADRA 05, JARDIM NATALIA, BAIRRO PAO DE ACUCAR, EM ARAXA, COM A AREA CONSTRUÍDA DE 48,00M2, AREA DE 200,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCEN, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.  
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 19.899,38  
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 100.000,00  
PATOS DE MINAS, 25/03/18  
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

**Prefeitura Municipal de Icarai de Minas – MG**

Torna público que realizará Pregão Presencial nº 038/2018, Processo Licitatório nº 015/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCUÇÃO E ARBITRAGEM DE VAQUEJADA E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E BRIGADISTA. Credenciamento: 23/04/2018, às 09:00h. Sessão oficial: 23/04/2018, após termino do credenciamento. Edital e informações: na sede da Prefeitura Municipal, pelo site: [www.icaraideminas.mg.gov.br](http://www.icaraideminas.mg.gov.br), Email: [licitação@icaraideminas.mg.gov.br](mailto:licitação@icaraideminas.mg.gov.br).  
Icarai de Minas, 09 de Abril de 2018.  
Emerson Marques de Jesus  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG**

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – Homologo a Dispensa nº 006/18 – Chamada Pública 001/18 – Processo de Licitação nº 015/18, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, empreendedor familiar rural e fornecedor individual – Contratos 024 a 067/18 - Sig: Marisa S. Alves (prefeita) e Tarcísio N. Teixeira - Vr: 4.195,63; Paulo J. Alves - Vr: 7.798,96; Conselho C. A. Boa - Vr: 17.835,50; Júlio C. L. Moura - Vr: 7.502,84; Walter A. V. Fonseca - Vr: 4.152,00; Sebastião R. F. Pimenta - Vr: 3.741,00; Luciana M. A. Santos - Vr: 4.290,09; João C. Silvério - Vr: 8.458,05; Susi M. Leite - Vr: 19.144,38; José C. Quaresma - Vr: 9.122,56; Geraldo N. Leite - Vr: 100,50; Renato E. Reis - Vr: 4.380,00; Esmeralda F. Prado - Vr: 9.785,40; Ana M. A. Moura - Vr: 4.089,53; Josuel G. Souza - Vr: 6.290,19; Darci A. S. Silva - Vr: 8.306,60; Pedro A. Oliveira - Vr: 5.282,42; Maria A. C. Andrade - Vr: 1.960,89; Clóvis A. Moura - Vr: 9.641,74; Paulo P. Santos - Vr: 15.749,12; Leia P. Almeida - Vr: 1.080,87; Sebastião R. Silva - Vr: 7.871,26; José P. Santos - Vr: 6.252,53; Laurindo R. Oliveira - Vr: 1.915,68; Juliana T. Santos - Vr: 3.647,93; Maria C. Santos - Vr: 1.534,38; Wallace R. P. Souza - Vr: 3.241,00; Simone A. F. Pimenta - Vr: 15.546,00; Maria A. D. Soares - Vr: 1.260,08; Itamar Vieira - Vr: 15.470,44; Leonice O. Ferreira - Vr: 49,30; Associação A. F. Cedro - Vr: 3.483,00; José C. Silva - Vr: 16.151,10; João N. Dias - Vr: 4.715,97; Gerson Ferreira - Vr: 822,84; Pedro P. Souza - Vr: 282,00; Maria Z. Valdivino - Vr: 4.565,47; Maria J. R. C. Dias - Vr: 4.715,97; João P. Terra - Vr: 4.620,00; Cooperativa A. F. N. Minas - COOPEMAPI - Vr: 79.566,00; José A. R. Gonçalves - Vr: 4.044,40; Márcio G. O. Souza - Vr: 201,00; Antônio G. Oliveira - Vr: 7.346,49 e Elizena P. Brito - Vr: 10.607,29 - 02/04/18; Vigência: Até 31/12/2018..

**Requerimento de Licença de Operação Corretiva**

A Sra. Sabrina Marcia Freire Lobo, responsável pelo empreendimento BIOMETRUS INDUSTRIA ELETRO-ELETRONICA S. A., que possui as atividades de fabricação de componentes eletroeletrônicos, aparelhos e equipamentos de medida, cronômetros e relógios, localizado na Rodovia Stael Mary Bicalho Motta Magalhães, nº 385 – Salas 701, 702, 703, 704 e 705 – Belvedere, CEP: 30.320-760 – BH / MG, torna público que protocolizou requerimento de Licença de Operação Corretiva à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG**

Torna público que no dia 24 de ABRIL de 2018, às 08:00 horas, estará realizando Processo Licitatório nº 058/2018, Pregão Presencial nº 039/2018, Registro de Preços nº 024/2018, do Tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", tendo como objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação, Pressurização, Manutenção e Conserto em Ar Condicionado, Bebedores, Congeladores, Geladeiras, Máquinas de Lavar Roupas, Tanquinhos Elétricos, etc., destinados às Secretarias Municipais, conforme especificação no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - [licitalassance@hotmail.com](mailto:licitalassance@hotmail.com) - Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG**

Torna público que no dia 25 de ABRIL de 2018, às 08:00 horas, estará realizando Processo Licitatório nº 059/2018, Pregão Presencial nº 040/2018, Registro de Preços nº 025/2018, do Tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", tendo como objeto a Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Limpeza e Gêneros Alimentícios, conforme especificação no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - [licitalassance@hotmail.com](mailto:licitalassance@hotmail.com) - Pregoeiro e Equipe de Apoio

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE Márcia Cardoso Venceslau Fortunato e Jose Geraldo Fortunato EXTRAÍDO DOS AUTOS DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE REQUERIDO POR CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO NO 0040612-02.2016.4.01.3800 A DOUTORA Rosilene Maria Clemante de Souza Ferreira MMª. JUÍZA FEDERAL DA 16ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER A Márcia Cardoso Venceslau Fortunato e Jose Geraldo Fortunato, Rua Quarenta e Um, nº 85, casa 3, Bairro Dom Pedro I, São Jose da Lapa/MG, CEP 33350-000 LHE FOI AJUIZADA UMA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONSTANDO NA INICIAL QUE O IMÓVEL ESTA OCUPADO DE FORMA IRREGULAR COM DESVIO DE FINALIDADE DO CONTRATO. O AUTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE SE DEU EM 11 DE JULHO DE 2017. ASSIM REQUERENDO A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS RÉUS PARA DAR CIÊNCIA DOS TERMOS DA AÇÃO. ENCONTRANDO-SE OS RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, FOI DETERMINADA A SUA CITAÇÃO POR EDITAL, PARA QUE ELES, NO PRAZO DE 15 DIAS, QUE COMEÇARÁ A FLUIR APÓS O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, QUERENDO APRESENTE CONTESTAÇÃO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO REVEL E PRESUMIR-SE-ÃO VERDADEIRAS AS ALEGAÇÕES DE FATO FORMULADAS PELO AUTOR (ART. 344 DO NCPC). SERÁ O PRESENTE EDITAL PUBLICADO NA FORMA DA LEI.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG**

**PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 010/2018**  
A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina a Registro de preço para futuras e eventuais contratações de prestação de serviços de transporte de escória de aciaria para utilização na recuperação e pavimentação das vias urbanas e estradas rurais do Município de Conselheiro Lafaiete. Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 23/04/2018 às 14h:00min, na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 - Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestadas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: [www.conselheirolafaiete.mg.gov.br](http://www.conselheirolafaiete.mg.gov.br).  
Conselheiro Lafaiete, 09/04/2018  
Rosângela Ramalho– Pregoeira da CPL

**PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 008/2018**  
A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina a Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas na prestação de serviços de consertos, montagens, desmontagens e troca de anel dos pneus dos veículos pesados e semi-pesados da frota municipal de Conselheiro Lafaiete. Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 24/04/2018 às 14h:00min, na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 - Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestadas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: [www.conselheirolafaiete.mg.gov.br](http://www.conselheirolafaiete.mg.gov.br).  
Conselheiro Lafaiete, 09/04/2018  
Rosângela Ramalho– Pregoeira da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI/MG**  
Aviso de Licitação Deserta  
**Pregão Presencial nº 015/2018**  
Proc. nº 020/2018

Município de São José do Jacuri/MG. Aviso de Licitação DESERTA - Pregão Presencial nº 015/2018 - Proc. nº 020/2018. Objeto: Aquisição de 01 (Um) veículo utilitário tipo Van, zero km, capacidade (Mínimo 17 lugares), destinado ao transporte sanitário de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José do Jacuri/MG, recurso Federal/Ministério da Saúde/Fundo de Saúde - Proposta nº. 11506.936000/1170-05, conforme especificações e anexos do Edital. Informações prédio Prefeitura. tel:(33) 34331314, e-mail: licitaja@hotmail.com.br.  
Meirilane Moreira Flores  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG**  
AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 10/05/2018 às 09h00min, CONCORRÊNCIA Nº 001/2018, cujo objeto Contratação de empresa do ramo para a execução de obras de implantação, pavimentação e qualificação de vias no Bairro Nossa Senhora de Fátima - Sabará/MG; com o fornecimento de mão de obra e materiais, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras. Contrato de Financiamento nº 0.412.861-33/13 - CAIXA / Ministério das Cidades. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, ou mediante pagamento de taxa de reprodução de cópias no valor de R\$ 19,74, no protocolo localizado a Rua Comendador Viana, 119, Centro/Sabará.  
Sabará, 09 de Março de 2018  
Hélio César Rodrigues de Resende  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Assembleia Geral Ordinária

A FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF vem, nos termos do art. 35, §2, e seguintes de seu Estatuto, convocar as entidades filiadas para a reunião da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede, na Rua Piauí, n. 1977, Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 20.04.2018, às 11 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 12 horas, em segunda convocação, com qualquer número de filiados presentes, para o fim de deliberarem sobre a seguinte pauta:  
a) apreciar e julgar as contas referentes ao exercício financeiro anterior;  
b) outros assuntos de interesse da Assembleia Geral Ordinária.  
Encontram-se à disposição das entidades filiadas, na sede da Federação Mineira de Futebol, os documentos a que se refere a letra "a" da ordem do dia acima. Belo Horizonte, MG, 09 de abril de 2018. CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES NETO Presidente da Federação Mineira de Futebol

**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**  
PRESENCIAL E ONLINE

**CAROLINA CARMGOS MARQUES FLORENTINO**, leiloeira oficial inscrita na JUCEMG nº 997, com escritório à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1.650, Carmo, Belo Horizonte/MG, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular de 30/09/2013, no qual figuram como Fidejantes **NORMA SUELI DE SOUZA**, brasileira, solteira RG nº M-5.679.403 SSP/MG, CPF nº 026.841.486-60, residente em Contagem/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 23 de abril de 2018, às 09:00 horas, à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº. 1650, loja 42, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.190.289,11, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, Lote de terreno nº 17 (dezesete) da quadra 55 (cinquenta e cinco) do BAIRRO SANTA CRUZ INDUSTRIAL, Contagem/MG, com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados) aproximadamente, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva. Conforme AV-4-56.216, foi apresentada para averbação a certidão de HABITE-SE E BAIXA DE CONSTRUÇÃO - 206/2004, processo n. 08404/2004, datada de 13 de dezembro de 2004, referente a área construída de 185,02m², edificada no lote 17, da quadra n. 55, da Rua Satarém, n. 28, do Bairro Santa Cruz Industrial, de acordo com Certidão de Conformidade da Edificação Existente n. 111/2004 de 09/12/2004. Usi Residencial Unifamiliar. Conforme AV-5-56.216, o imóvel passa a ter a seguinte descrição: Lote n. 17 (dezesete), da quadra n. 55 (cinquenta e cinco), do BAIRRO SANTA CRUZ INDUSTRIAL, Contagem/MG, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), limites e confrontações de acordo com a planta respectiva e a casa no mesmo edificadas, com área construída de 185,02m², situada à Rua Satarém, n. 28. Imóvel devidamente matriculado sob o nº 56.216 no Cartório de Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem/MG. Obs: Ocupada. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 25 de abril de 2018, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 923.018,22. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.  
Informações: (31) 3241-4164 - www.gpleiloes.com.br / operacional@gpleiloes.com.br

**INSTITUTO FEDERAL**  
NORTE DE MINAS GERAIS  
Campus Arinos

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos torna público a abertura de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 02/2018 tipo Menor Preço POR ITEM às 08:00h do dia 25/04/2018, com vistas ao registro de preço para aquisição de animais do tipo suínos e aves para o Núcleo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do IFNMG-Campus Arinos, conforme especificações quantitativos constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital. Maiores informações pelo telefone (38) 3201-3095 ou pelo e-mail: herik.baldez@ifnmg.edu.br.

**Herik Ribeiro Baldez**  
Coordenação de Compras Contratos e Convênios

**A AUTO MECÂNICA MARACÁ LTDA.**  
por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD torna público que foi solicitada através do Processo Administrativo nº 20703/2018, a Licença Ambiental Simplificada, para a atividade de Conserto e manutenção de chassis e tanques de combustíveis de veículos automotores, localizada na Rua Gracyra Resse de Gouveia, nº 1544 – Distrito Industrial Jardim Piemont Norte – Betim/MG.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA/MG**  
Aviso de Licitação-Leilão Nº 002-2018-O Município de Caiana, torna público Leilão Nº 002/18 Alienação de Veículos e máquinas, de conformidade com o art 228 5º, da Lei Federal de nº 8.666/93 e suas alterações, torna público a quem interessar que serão alienados no dia 30/04/2018 às 14:00 h, Pátio dos Veículos da Prefeitura, na Avenida Pedro de Oliveira, nº 48, Centro, neste município de Caiana -MG os seguintes bens: a) Veículo Pas/Microônibus, 1/M benz 313cdi spinterm, Branca, ano 2006, Placa: Gtm-9479 Chassi 8a9036726a952353 b) Veículo fiat uno mille economy, Branco, ano 2011/2012 placa: hlf-7313, Chassi: 9bd15822ac6650826, c) Trator agrícola 235, cor vermelha pintura ruim, motor a fazer, pneus ruins. Avaliados conforme Anexo I do edital; contato pelo telefone (32) 3745-1035. Mauricio Pinheiro Ferreira – Prefeito Municipal. Caiana, 09 de abril de 2018.

**SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira torna público realizará **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 006/2018**, cujo objeto consiste na aquisição de cadeiras giratórias reguláveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 13.962 e NR 17, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I – Termo de Referência. Tipo: Menor Preço Global. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 20/04/2018 às 08 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 20/04/2018 às 09 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, a partir do dia 10/04/2018, no site www.licitacoes-e.com.br e no Setor de Compras, no horário das 7h30 às 10h30 e das 13h às 16h, em sua sede à Rua Senhora do Carmo, 148, Pará – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-1324.  
Leonardo Ferreira Lopes  
Diretor-Presidente

**SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG**  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira torna público realizará **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 007/2018**, cujo objeto consiste na aquisição de bomba centrífuga multistágio de alta pressão, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I – Termo de Referência. Tipo: Menor Preço por Item. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 23/04/2018, às 08 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 23/04/2018, às 09 horas. O Edital encontra-se à disposição, a partir do dia 10/04/2018, no site www.licitacoes-e.com.br e no Setor de Compras, no horário das 7h30 às 10h30 e das 13h às 16h, em sua sede à Rua Senhora do Carmo, 148, Pará – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-1324.  
Leonardo Ferreira Lopes  
Diretor-Presidente

**AGROPAR BELO VALE S.A.**  
SEDE: BELO HORIZONTE-MG - CNPJ Nº 16.843.872/0001-51

**RELATÓRIO DA DIRETORIA – EXERCÍCIO DE 2017**

Senhores acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Agropar Belo Vale S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Belo Horizonte, março de 2018.  
A DIRETORIA

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016** Em R\$ mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
<b>CIRCULANTE.....</b>	<b>1.018</b>	<b>805</b>	<b>CIRCULANTE.....</b>	<b>15</b>	<b>12</b>
Disponibilidades.....	31	8	Impostos e Contribuições a Recolher.....	1	1
Bancos - Conta Movimento.....	31	8	Provisão para Contribuição Social.....	5	4
Direitos Realizáveis a Curto Prazo.....	987	797	Provisão para o Imposto de Renda.....	9	7
Ativos Financeiros Renda Fixa.....	577	359			
Rendas a Receber.....	25	25	<b>NÃO CIRCULANTE.....</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
Impostos a Compensar.....	385	413	Provisão para Riscos Fiscais.....	7	7
<b>NÃO CIRCULANTE.....</b>	<b>999</b>	<b>976</b>			
Realizável a Longo Prazo.....	13	13	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>1.995</b>	<b>1.762</b>
Depósitos Judiciais.....	13	13	Capital Social.....	2.500	2.500
Imobilizado.....	986	963	De Domiciliados no País.....	2.500	2.500
Edificações/Benfeitorias.....	1.002	1.002	Resultados Acumulados.....	(505)	(738)
Máquinas / Equipamentos.....	200	200	Prejuízos Acumulados.....	(505)	(738)
Veículos.....	69	52			
(Depreciações Acumuladas).....	(285)	(291)	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>2.017</b>	<b>1.781</b>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>2.017</b>	<b>1.781</b>			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** Em R\$ mil  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAIS
<b>SALDOS EM 01/01/2016.....</b>	<b>2.500</b>	<b>(1.008)</b>	<b>1.492</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	-	271	271
<b>SALDOS EM 31/12/2016.....</b>	<b>2.500</b>	<b>(738)</b>	<b>1.762</b>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	-	271	271
<b>SALDOS EM 01/01/2017.....</b>	<b>2.500</b>	<b>(738)</b>	<b>1.762</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	-	252	252
DESTINAÇÕES:			
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	(19)	(19)
<b>SALDOS EM 31/12/2017.....</b>	<b>2.500</b>	<b>(505)</b>	<b>1.995</b>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	-	233	233

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Agropar Belo Vale S.A. é uma sociedade anônima fechada, com sede e foro em Belo Horizonte – Minas Gerais, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, inclusive sua administração, por conta própria ou de terceiros, comprar e vender imóveis, manutenção em imóveis próprios, alugar imóveis próprios e transacionar com os respectivos recebíveis de alugueis.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**2.2. Principais práticas contábeis**  
A receita, em conformidade com o CPC 30, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da entidade. O resultado é apurado pelo regime de competência líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de flutuação de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 2017 o equivalente de caixa é representado pelos depósitos bancários no montante de R\$ 31 (R\$ 8 em 2016). Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério pro-rata die e calculadas pelo método exponencial. Os ativos financeiros de renda fixa são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, ajustados ao valor justo, quando aplicável, sendo classificados como instrumentos financeiros básicos.

Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos é revisado (teste de impairment) com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável. As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base no lucro presumido à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda, e à alíquota de 9,00% para a contribuição social, atendidas as disposições legais e regulamentares.

**3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**3.1. Capital Social**  
O capital social é de R\$ 2.500 e está representado por 261.068.531 de ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.  
**3.2. Lucro Líquido**  
O lucro líquido do exercício foi de R\$ 252, e teve a seguinte destinação: - R\$ 233 utilizado para compensar parte dos prejuízos acumulados de exercício anteriores; - juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas no montante de R\$ 19, sendo o valor líquido de imposto de renda R\$ 16. Os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas foram calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio foram eliminados das despesas financeiras do exercício, e apresentados na conta de resultados acumulados.  
**4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**  
O efeito do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício de 2017 foi calculado com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo.

DESCRIÇÃO	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Total das Receitas Tributáveis</b>	<b>407</b>	<b>407</b>	<b>399</b>	<b>399</b>
Receitas de Aluguéis – 32%	300	300	279	279
Receitas Financeiras e Outras Receitas / Ganhos – 100%	107	107	120	120
<b>Base de Cálculo do Imposto</b>	<b>203</b>	<b>203</b>	<b>209</b>	<b>209</b>
Cálculo do IRPJ (15%) e CSLL (9%)	31	18	32	19
Adicional de IRPJ sobre o Lucro Presumido acima de 240 mil	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>19</b>

**5. RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS**  
- Receitas de alugueis – referem-se a renda com aluguel de imóvel próprio.  
- Receitas financeiras – referem-se a renda de títulos de renda fixa no mercado financeiro.  
- Despesas tributárias – referem-se, basicamente, a PIS e COFINS.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS** Em R\$ mil  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

EVENTOS	2017	2016
<b>RECEITAS OPERACIONAIS.....</b>	<b>375</b>	<b>406</b>
RECEITAS DE ALUGUEIS.....	300	279
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	43	49
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS.....	32	71
REVERSÃO DE PROVISÕES.....	-	7
<b>DESPESAS OPERACIONAIS.....</b>	<b>(106)</b>	<b>(84)</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	(54)	(54)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	(14)	(12)
DESPESAS FINANCEIRAS.....	(1)	(1)
DESPESAS DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES.....	(37)	(17)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....</b>	<b>32</b>	<b>-</b>
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO.....	32	-
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL.....</b>	<b>301</b>	<b>322</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>(49)</b>	<b>(51)</b>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA..	(31)	(32)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(18)	(19)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>252</b>	<b>271</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO** Em R\$ mil  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

EVENTOS	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL.....</b>	<b>301</b>	<b>322</b>
Ajuste por:		
Depreciação.....	37	17
Receitas de Aplicações Financeiras.....	(43)	(49)
Aluguéis Recebidos.....	(300)	(279)
Ganho de Capital na Alienação de Bens.....	(32)	-
Aumento / Diminuição de Impostos a Recolher.....	-	(1)
Aumento / Diminuição do Exigível a Longo Prazo.....	-	(8)
Aumento / Diminuição da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3	11
Aumento / Diminuição dos Direitos Realizáveis a Curto Prazo.....	153	230
Aumento / Diminuição dos Direitos Realizáveis a Longo Prazo.....	-	8
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos / Provisionados.....	(49)	(51)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>70</b>	<b>200</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Aquisição de Imobilizado.....	(60)	(200)
Alienação de Imobilizado.....	32	-
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>(28)</b>	<b>(200)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos / Provisionados.....	(19)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>	<b>23</b>	<b>-</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO.....	8	8
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO.....	31	8
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>	<b>23</b>	<b>-</b>

**AGROPAR BELO VALE S.A.**  
ADMINISTRAÇÃO  
Athaide Vieira dos Santos  
Contador  
CRC-MG nº 018282/O-8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA/MG**  
Torna público que realizará Licitação. PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 023/2018, TIPO: MENOR POR ITEM, para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de máquinas pesadas e caminhões, com recursos próprios às 09:00 horas do dia 23/04/2018. O Edital completo se encontra no endereço: [www.itutinga.mg.gov.br](http://www.itutinga.mg.gov.br). Itutinga, 10 de Abril de 2018.  
*Fabiano R. Vale*  
**Prefeito Municipal**

**JPAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**  
CNPJ/MF Nº 01.152.671/0001-30  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
A Administração convoca os senhores quotistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de abril de 2018, às 14h, na sede social, em Belo Horizonte - MG, na Rua Maria Luiza Santiago, nº 200, Bairro Santa Lúcia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Prestação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017; II – Destinação e distribuição de lucros de 2017; III – Aumento de capital social; IV – Retirada voluntária de sócio com a consequente alteração da cláusula IV. Belo Horizonte, 05 de abril de 2018. A Administração, por Orlando Carlos da Silva Júnior e Luis Fernando Machado e Silva.

**BR FRANCE VEÍCULOS LTDA.**  
CNPJ/MF Nº 11.953.116/0001-61  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIA 25 DE ABRIL DE 2017**  
A Administração convoca os senhores quotistas a se reunirem para darem continuidade à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2018, às 14:00, na sede social, em Belo Horizonte - MG, na Rua Professor Moraes, nº 485, Bairro Funcionários, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Prestação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; II – Destinação e distribuição de lucros de 2016; e III – Aumento de capital social. Belo Horizonte, 05 de abril de 2018. A Administração, por Orlando Carlos da Silva Júnior e Luis Fernando Machado e Silva.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL DE MINAS – UNIÃOGERAL**  
Aviso de Licitação Pregão Presencial N.º 04/2018-O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado da Microrregião da Serra Geral de Minas-UNIÃOGERAL, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº 04/2018, no dia 20 de Abril de 2018, às 09:00 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal, Localizado na Rua José Teotônio, n.º 704-Bairro Esplanada-Janaúba/MG; Tipo Menor preço por item. Objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, borracharia e lavagem de veículos conforme descrição no termo de referência. O edital poderá ser solicitado na sede do Consórcio Intermunicipal ou pelo e-mail: [licitauniaogeral@yahoo.com.br](mailto:licitauniaogeral@yahoo.com.br).  
João Paulo Pereira da Silva – Pregoeiro Oficial.

**SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SAEMG** por seu presidente abaixo-assinado, convoca todos os trabalhadores da categoria que representa, sócios e não sócios da entidade, empregados da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA-MG**, para, nos termos do seu Estatuto Social, participarem de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar no dia **13 de abril de 2018**, no auditório da sede, situado à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, **às 08:00 horas em primeira convocação ou às 08h30min em segunda convocação**, se necessário for, para tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia; **1)** Definição da pauta de reivindicações a ser apresentada à empresa para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2019; **2)** Autorização ao Sindicato para entabular negociações, firmar Acordo Coletivo de Trabalho e, se frustradas as negociações, instaurar Dissídio Coletivo, bem como, para providenciar medidas judiciais e extrajudiciais necessárias e pertinentes; **3)** Deliberação e programação de medidas de mobilização e defesa da categoria profissional durante o processo de negociação, inclusive greve e pagamento de dias parados; **4)** Análise e deliberação sobre realização de campanha salarial unificada com os demais sindicatos e apresentação de pauta de reivindicações conjunta; **5)** Deliberações sobre o percentual, forma de pagamento e repasse da Taxa Assistencial ou de Fortalecimento Sindical ou Negocial; **6)** Deliberação sobre a instalação em caráter permanente da presente Assembleia; **7)** Outros assuntos e deliberações decorrentes e de interesse da categoria. Belo Horizonte, 04 de abril de 2018. (a) Adm. Antônio Eustáquio Barbosa – Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais.

**MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG**  
**Aviso de Licitação – Pregão Presencial 017/2018 – Processo Licitatório 021/2018.**  
Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática a serem utilizados nos setores da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas. Sessão de recebimento dos envelopes 02/05/2018 com protocolo até às 08:00hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. através do site [www.fortunademinas.mg.gov.br](http://www.fortunademinas.mg.gov.br). Informações pelo (31) 3716-7111. **Luiz Carlos de Melo Guimarães, Presidente da Comissão de Licitação.**

**NUTEPS/A INDÚSTRIA METALÚRGICA**  
CNPJ 07.708.285/0001-69 - NIRE 3130010641-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ANÚNCIO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO**  
Ficam os senhores acionistas da NUTEP S/A INDÚSTRIA METALÚRGICA convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14 de maio de 2018, às 10:00 horas, em 1ª convocação, na sede da companhia, localizada na Rua Campina Verde, nº 331-D, Bairro Jardim Teresópolis, na Cidade de Betim/MG, CEP 32.681-190, com a finalidade de deliberar sobre: (i) o relatório e as contas da administração, as demonstrações financeiras e demais documentos pertinentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iii) a eleição de administradores. Os acionistas da companhia ficam avisados que os documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Betim/MG, 09 de abril de 2018. **Matheus Neiva Cruz e Alexandre da Cruz Ferreira - Diretores.**

**JPAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**  
CNPJ/MF Nº 01.152.671/0001-30  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIA 25 DE ABRIL DE 2017**  
A Administração convoca os senhores quotistas a se reunirem para darem continuidade à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de abril de 2018, às 09:00, na sede social, em Belo Horizonte - MG, na Rua Maria Luiza Santiago, nº 200, Bairro Santa Lúcia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Prestação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; II – Destinação e distribuição de lucros de 2016; III – Aumento de capital social; e IV – Retirada de sócios. Belo Horizonte, 05 de abril de 2018. A Administração, por Orlando Carlos da Silva Júnior e Luis Fernando Machado e Silva.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AIMORÉS/MG**  
**TP 01/18**  
Torna público nos termos da Lei 8666/93, Processo 03/18 - TP 01/18. Objeto: Aquisição de material de consumo e permanente, para escritório. Abertura: 26/04/18 às 13h00min. Melhores informações à Rua Olegário Maciel, nº 230, Centro, Aimorés/MG, Tel. (33) 3267-1647.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AIMORÉS/MG**  
**TP 02/18**  
Torna público nos termos da Lei 8666/93, Processo 04/18 - TP 02/18. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, assim como o fornecimento de lanches para os funcionários e vereadores da Câmara Municipal de Aimorés/MG. Abertura: 26/04/18 às 15h00min. Melhores informações à Rua Olegário Maciel, nº 230, Centro, Aimorés/MG, Tel. (33) 3267-1647.

**EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO**  
Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA TEREZINHA PINHEIRO DE ARAUJO, Nº744, LOTE 183, SETOR 04, QUADRA 183, BAIRRO AEROPORTO PRESIDENTE OLEGARIO MG CEP 38750000**  
**1º leilão 16/4/2018 partir 10:00 horas**  
**2º leilão 14/5/2018 partir 09:00 horas**  
Local DEFRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL - PRACA DR CASTILHO, 10, CENTRO PRESIDENTE OLEGARIO MG  
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários:  
**HELENA MARIA DOS SANTOS EVANGELISTA, CPF 04036447637**  
**MARCOS ANTONIO EVANGELISTA, CPF 03716439614**  
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão  
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209  
**ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR**  
Leiloeiro Oficial  
SED:192C1

**MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG**  
**Aviso de Licitação – Pregão Presencial 018/2018 – Processo Licitatório 22/2018.**  
Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de materiais de limpeza a serem utilizados pelas Secretarias Municipais de Administração, Obras, Esporte e Lazer, Assistência Social e Saúde. Sessão de recebimento dos envelopes 07/05/2018 com protocolo até às 08:00hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. através do site [www.fortunademinas.mg.gov.br](http://www.fortunademinas.mg.gov.br). Informações pelo (31) 3716-7111. **Luiz Carlos de Melo Guimarães, Presidente da Comissão de Licitação.**

**MUNICÍPIO DE CURVELO/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 010/2018**  
Objeto: Registro de preços para locação de estruturas de barracas, tendas e/ou coberturas, com serviço de montagem e desmontagem, visando melhor estruturação dos eventos realizados e/ou apoiados pelo Município. A sessão do Pregão será à Av. D. Pedro II, Nº 487, dia 23/4/18 às 9h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e de 12 a 18h.  
**Curvelo, 9/4/18. CPJL**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO -ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
A Presidente da Associação ONÇA'S CLUB, a Sra. DILCE CARAVELLI MACHADO DE SOUZA, convoca, através do presente edital, os seus membros, sócios e interessados para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 23 de abril de 2018, às 15:00 horas em primeira chamada, ou caso não haja quórum mínimo para início dos trabalhos, às 15:30 horas, com qualquer quórum, na Rua Carangola, 75, Ap. 41, Bairro Santo Antônio, CEP 30.330-240, na cidade de Belo Horizonte/MG, com a seguinte ordem do dia: 1- Ingresso de novos sócios; 2- Alteração do endereço da Associação; 3- Apreciar, discutir e votar o novo Estatuto Social; 4- Eleição da Diretoria e demais cargos estatutários; 5- outros assuntos de interesse da Associação.  
**Belo Horizonte-MG, 09 de abril de 2018.**  
**DILCE CARAVELLI MACHADO DE SOUZA**  
Presidente da Associação

**HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG**  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 002/2018 - Pregão Presencial nº 002/2018 - Objeto:** Aquisição de acessórios para reposição, registros e gás liquefeito de petróleo (GLP). Parte: Carlos Aparecido Pereira da Silva - EPP, Valor: R\$ 39.939,00 - Vigência: 21/03/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 003/2018 - Pregão Presencial nº 004/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais de limpeza, higiene e lavanderia hospitalar. Parte: Natalia Distribuidora Ltda - ME, Valor: R\$123.670,00 - Vigência: 25/03/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 004/2018 - Pregão Presencial nº 004/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais de limpeza, higiene e lavanderia hospitalar. Parte: Welten Comercial Ltda, Valor: R\$ 105.787,00 - Vigência: 25/03/2019  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 005/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais e utensílios de limpeza e higiene. Parte: Natalia Distribuidora Ltda - ME, Valor: R\$ 71.934,50 - Vigência: 25/03/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 006/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais e utensílios de limpeza e higiene. Parte: Silveira E Santos Comercio Ltda - ME, Valor: R\$10.311,80 - Vigência: 25/03/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 007/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais e utensílios de limpeza e higiene. Parte: Supermercado Vieira Ltda - EPP, Valor: R\$ 33.152,50 - Vigência: 25/03/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 008/2018 - Pregão Presencial nº 001/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais, madeiras e ferramentas de construção civil, e outros materiais para manutenção de bens imóveis. Parte: Krusemark e Brandão Materiais de Construção Ltda - Me, Valor: R\$ 34.133,25 - Vigência: 01/04/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 009/2018 - Pregão Presencial nº 001/2018 - Objeto:** Aquisição de materiais, madeiras e ferramentas de construção civil, e outros materiais para manutenção de bens imóveis. Parte: Miguel Vieira de Oliveira - Acabamentos - ME, Valor: R\$50.119,35 - Vigência: 01/04/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 010/2018 - Pregão Presencial nº 006/2018 - Objeto:** Aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos pertencentes ao Hospital Municipal Dr. Gil Alves. Parte: Posto Zumbi Ltda - EPP, Valor: R\$104.770,00 - Vigência: 02/04/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 011/2018 - Pregão Presencial nº 007/2018 - Objeto:** Aquisição de equipamentos de infusão com comodato de bombas compatíveis. Parte: Samtronic Indústria e Comércio Ltda, Valor: R\$35.800,00 - Vigência: 05/04/2019.  
**Extrato de Ata de Registro de Preço nº 012/2018 - Pregão Presencial nº 008/2018 - Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios de padaria. Parte: Aparecido Jose Veloso - ME, Valor: R\$138.990,00 - Vigência: 05/04/2019. Bocaiúva/MG, 09 de Abril de 2018. Sirlene Kátia da Silva Tiago - Diretora Geral.

## AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ DO CAMPO LIDE PARTICIPAÇÕES S.A.

SEDE: BELO HORIZONTE-MG - CNPJ Nº CNPJ Nº 28.326.145/0001-04

### RELATÓRIO DA DIRETORIA – EXERCÍCIO DE 2017

Senhores acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Agropecuária São José do Campo Lide Participações S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.  
Belo Horizonte, março de 2018.  
A DIRETORIA

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2017		2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>9</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.559</b>
Disponibilidades.....	9	Capital Social.....	12.560
Bancos.....	9	De Domiciliados no País.....	12.560
		Resultados Acumulados.....	(1)
		Prejuízos Acumulados.....	(1)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12.550</b>		
Imobilizado.....	12.550		
Edificações/Benfeitorias.....	12.550		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.559</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ...</b>	<b>12.559</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAIS
<b>SALDOS EM 01/01/2017</b>	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL.....	10	-	10
AUMENTO DE CAPITAL.....	12.550	-	12.550
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	-	(1)	(1)
<b>SALDOS EM 31/12/2017</b>	<b>12.560</b>	<b>(1)</b>	<b>12.559</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.560</b>	<b>(1)</b>	<b>12.559</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Agropecuária São José do Campo Lide Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada, com sede e foro em Belo Horizonte – Minas Gerais, que teve início em suas atividades no ano de 2017, conforme atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 02/08/2017, e que tem como objeto social a participação em outras sociedades, simples ou empresariais, e a exploração da atividade agrícola e pecuária em imóvel próprio ou de terceiros.  
**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.  
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**2.2. Principais práticas contábeis**  
A receita, em conformidade com o CPC 30, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da entidade. O resultado é apurado pelo regime de competência líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.  
Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 2017 o equivalente de caixa é representado pelos depósitos bancários no montante de R\$ 9.  
**3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**3.1. Capital Social**  
O capital social é de R\$12.560 e está representado por 12.560.000 de ações ordinárias sem valor nominal, sendo totalmente subscritas e integralizadas por seus acionistas da seguinte forma: R\$10 em espécie; e 12.550 mediante a transferência da propriedade de Imóvel Rural, incorporado ao Patrimônio da Companhia, conforme aprovado em AGE realizada em 01/12/17.  
No final do exercício, foi apurado prejuízo no valor de R\$ -1, que foi transferido para o Patrimônio Líquido na rubrica de Prejuízos Acumulados.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em R\$ mil  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

EVENTOS	2017
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(1)</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS / TRIBUTÁRIAS..</b>	<b>(1)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b> .....	<b>(1)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>-</b>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA.....	-
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>(1)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em R\$ mil  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

EVENTOS	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>	
<b>LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL</b> .....	<b>(1)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b> .....	<b>(1)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>	
Aquisição de Imobilizado.....	(12.550)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>(12.550)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>	
Integralização / Aumento de Capital.....	12.560
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>12.560</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>9</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>9</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>9</b>

### AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ DO CAMPO LIDE PARTICIPAÇÕES S.A.

#### ADMINISTRAÇÃO

**Athaide Vieira dos Santos**  
Contador  
CRC-MG nº 018282/O-8

### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

**Aviso de Licitação**  
**Processo nº 092/2018**

**Pregão Presencial nº 041/2018**

Objeto: Contratação de empresa destinada a prestação de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 27/04/2018. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 ou através do e-mail [licitacao@riopardo.mg.gov.br](mailto:licitacao@riopardo.mg.gov.br) ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.  
09/04/2018  
Marcus Vinicius de Almeida Ramos  
Prefeito Municipal

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CNPJ: 10.331.797/0001-63  
Através de sua Superintendente, torna Público em especial às empresas licitantes do Processo Licitatório CONCORRÊNCIA 001/2018 e demais interessados, que após transcorridos os prazos legais e obedecidas todas as formalidades contidas no edital, a Comissão Especial de Licitação, matem a inabilitação da empresa ARE ENGENHARIA EIRELI e habilitação da empresa CONSTRUTORA ÚNICA LTDA., bem como revisão da habilitação das empresas EF PROJETOS E ENGENHARIA LTDA e CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL tomando-as inabilitadas. Assim sendo, a partir da data desta publicação, convoca-se empresa classificada CONSTRUTORA ÚNICA LTDA, para a abertura do Envelope nº 02 (Proposta) no dia 23 de abril de 2018, às 08 hs, no escritório do CISAB, Rua Nossa Senhora das Graças – 170, B. Bom Jesus, Viçosa. Joel de Paiva Pires Presidente CPL. Email: [superintendencia@cisab.com.br](mailto:superintendencia@cisab.com.br).  
Viçosa-MG, 05/abril/2018.  
**Tânia Maria Duarte, Superintendente.**

**A MINERAÇÃO LAPA VERMELHA LTDA, torna público que obteve do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, através do Processo nº 00085/1984/008/2009, renovação da Licença de Operação para a atividade de fabricação de cal virgem na Fazenda Lapa Vermelha, localizada no município de Pedro Leopoldo/MG, válida por 6 anos até 24/09/2018.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
Torna público o **Processo Licitatório N.º 045/2018, Pregão Presencial N.º 027/2018 – Aquisição de conjunto de Motobomba para manutenção de poços artesanais no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.** As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 25/04/2018. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, N.º 27 – Centro – SGRA, onde poderá ser obtido o Edital completo. S. G. R. Abaixo 15 de março de 2018.  
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 004/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2018** – A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através de sua Pregoeira, torna público a **REVOGAÇÃO** da licitação na modalidade Pregão, que visava à seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo para aquisição de câmara frigorífica resfriadora para bovinos e suínos, devido a erro nas especificações das dimensões do produto. Informações pelo Tel: (32) 3559-1911.  
(Ass.) Flávia Lima Teixeira – Pregoeira Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS**  
**PROCESSO Nº 117/2018 Dispensa de Licitação: 024/2018** Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8666/93 e da situação de Dispensa de licitação; caracterizada a urgência no cumprimento de ordem judicial, a se justificar em função da gravidade do estado de saúde da pessoa a ser beneficiada, e em menor grau para livrar-se da penalidade de multa, por ser passível de recursos judiciais, nos termos da Solicitação de Material/Serviço nº 49/2018, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, **RATIFICO** a aquisição dos medicamentos por Dispensa de licitação, das empresas DEYVISON & SOUZA COMÉRCIO DE FARMÁCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.014.517/0001-16, BENTO EUGÊNIO DE OLIVEIRA, CNPJ: 41.794.058/0002-12 e EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S/A, CNPJ: 06.626.253/1146-70 no valor de R\$ 31.930,33 (trinta e um mil, novecentos e trinta reais, trinta e três centavos), sendo a mais indicada a executar em conformidade com o objeto. Alfenas 28 de março de 2018, Deyv Cabral de Assis, Secretária de Saúde.

**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO PRETO**  
**INFORMA**  
O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO PRETO (SEMAE-OP), torna público, que fará realizar, na modalidade de Concorrência, tipo “Menor Preço Global”, N.º 01/2018 que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS E INTERCEPTORAS DE ESGOTO SANITÁRIO NA CIDADE DE OURO PRETO/MG.** Os envelopes de “Habilitação” e de “Proposta de Preço”, deverão ser protocolados no Departamento de Compras do SEMAE-OP, até às 13:30 horas do dia 10 de Maio de 2018. A abertura do certame será no dia 10/05/18 às 14:00 horas, na sala de reuniões do SEMAE-OP, situada na Rua Mecânico José Português, nº 240, Bairro São Cristóvão em Ouro Preto/MG. O Edital encontra-se disponível no site do SEMAE-OP: <http://semaeop.mg.gov.br/>. Para mais informações, procurar o setor de compras do SEMAE-OP, no telefone (31) 3559-3237.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
A Pregoeira e Equipe de Apoio informam que realizará **Processo Licitatório 46/2018 - Pregão Presencial N.º 028/2018– Aquisição de material de limpeza, descartáveis e utensílios para uso hospitalar, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.** As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 23/04/2018. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, nº 27 – Centro – S.G.R.A. O edital completo poderá ser obtido no mesmo endereço ou através do site oficial do órgão: [www.saogoncalo.mg.gov.br](http://www.saogoncalo.mg.gov.br).  
S. G. R. Abaixo, 09 de abril de 2018.  
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

**SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG**  
**EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 – REVOGAÇÃO - O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público a revogação, por interesse da Administração, do Processo Licitatório nº 016/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 009/2018, que tem por objeto a aquisição de MOTOBOMBA CENTRÍFUGA SUBMERSÍVEL.** Governador Valadares, 09 de abril de 2018. (a): Alcyr Nascimento Júnior – Diretor Geral do SAAE.

**EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017- PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017.** O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o **Processo Licitatório nº 109/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 064/2017 - tipo menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.** O Edital encontra-se disponível no site: [www.saaegoval.com.br](http://www.saaegoval.com.br), podendo ser obtido também através do email [licitacao@saaegoval.com.br](mailto:licitacao@saaegoval.com.br). O início de julgamento dar-se-á às 09h00min do dia 24 de abril de 2018.  
Governador Valadares, 09 de abril de 2018.  
(a): Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE SABARÁ/MG**  
RUA MARIETA MACHADO, Nº 103, CENTRO, SABARÁ/MG, CEP 34505-390 (31) 3671-1075  
**Habilitações de Casamento:**

**RICARDO FELICIANO DE SOUZA e JOSIANE BRAGA DO NASCIMENTO,** resd. Sabará. Ele, n. 20/08/1966, f. José Feliciano de Souza e Maria Bonifácia de Souza. Ela, n. 08/02/1974, f. Augusto do Nascimento e Marlene das Dores de Souza Braga.

**IGOR DEIVETH SOARES SOUZA e KELLE RIBEIRO MONTEIRO,** resd. Sabará. Ele, n. 31/07/1986, f. José dos Santos Souza e Maria Ione Soares de Oliveira. Ela, n. 10/09/1986, f. José Monteiro e Maria Dulce Ribeiro Monteiro.

**EDSON ANTONIO AFONSO e ADEANE SANTOS MEIRELLES,** resd. Sabará. Ele, n. 29/11/1978, f. Vicente Afonso e Crizolita das Dores. Ela, n. 02/10/1989, f. Domingos de Jesus Meirelles e Anita Dias dos Santos.

**ADMILSON ALVES DA SILVA e CLÁUDIA ANTUNES DOS SANTOS,** resd. Sabará. Ele, n. 06/10/1978, f. José Alves da Silva e Nadir Maria da Silva. Ela, n. 08/10/1981, f. Geraldo Antunes dos Santos e Ilca Soares Dias.

**FELIPE GONÇALO VASCONCELLOS DE MELO REIS e DIENE CRISTIANE RODRIGUES BATISTA,** resd. Sabará. Ele, n. 28/01/1989, f. José Geraldo dos Reis e Sandra Lucia Vasconcellos de Melo Reis. Ela, n. 30/12/1988, f. Sebastião Crispim Batista e Mariluce Rodrigues Batista.

**FILIFE SILVA DE SOUZA e PAULA MARIANE DE SOUSA FONSECA,** resd. Sabará. Ele, n. 29/05/1991, f. Laerte Nunes de Souza e Veridiana Silva Nunes. Ela, n. 25/04/1990, f. Sebastião Pinto da Fonseca Primo e Maria Bernadete de Sousa Fonseca.

**GERALDO TOMAZ e MARIA DAS GRAÇAS SCHWENCK,** resd. Sabará. Ele, n. 13/11/1938, f. Manoel Antonio Tomas e Maria da Natividade. Ela, n. 18/02/1954, f. Carlos da Silva Schwenck e Leonides Werly Schwenck.

**RAFAEL DA SILVA COSTA e SHIRLEY DOS SANTOS REZENDE,** resd. Sabará. Ele, n. 13/05/1993, f. José Rodrigues da Costa e Maria Auxiliadora da Silva Costa. Ela, n. 27/01/1997, f. André Luiz do Prado Rezende e Elizabeth Lino dos Santos.

**ANTÔNIO SANTOS DA CRUZ e DEISE DE FÁTIMA FERNANDES,** resd. Sabará. Ele, n. 25/08/1976, f. Geralda Santos da Cruz. Ela, n. 21/07/1980, f. Antonio Luiz Fernandes e Marisa de Fatima Sales Fernandes.

**VINÍCIUS WILSON DA CRUZ e MARIANA LAMADA NUNES DA COSTA,** resd. Sabará. Ele, n. 15/01/1998, f. Elmo da Cruz e Alcione Miranda. Ela, n. 25/05/1998, f. Robson Antonio Nunes da Costa e Ana Maria Nunes Costa.

**SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO:** Processo nº. 015/2018, Pregão Presencial nº. 011/2018  
Objeto: aquisição de materiais de construção e pré moldados. Data para entrega da Documentação e Proposta Comercial 20/04/18 até as 09:00 horas. Abertura Prevista p/ 20/04/18 às 9:10 horas. Informações pelo telefone (35) 3334-2042, site [www.saaecarmodeminas.mg.gov.br](http://www.saaecarmodeminas.mg.gov.br) ou e-mail: [licitacoes@saaecarmodeminas.mg.gov.br](mailto:licitacoes@saaecarmodeminas.mg.gov.br).

**CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG**  
Torna público para conhecimento de todos que fará realizar **Processo Licitatório nº 03/2018, PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2018, no dia 23 de Abril de 2018, cujo edital se encontra à disposição dos interessados para exame, no site [http://www.camara.bocaiuva\\_cam.mg.gov.br](http://www.camara.bocaiuva_cam.mg.gov.br), e no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Bocaiúva, situada à Rua Dona Florinda Pires, nº 83, Bairro Centro, Bocaiúva-MG e aquisição no setor de Licitação, situada no mesmo endereço, certame que tem por objeto a contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, para **Aquisição de Material de Escritório/Papelaria** para atender as necessidades da Câmara Municipal de Bocaiúva-MG. O conhecimento das propostas e o início de julgamento dar-se-ão às 09:00 horas do dia de 23 de Abril de 2018. Bocaiúva-MG, 09 de Abril de 2018. Pedro Martins Bernardo Filho – Pregoeiro Oficial.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE/MG**  
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, torna público que realizará licitação nos termos da Lei 8.666/93, Processo 035/2018 na modalidade **Tomada de Preços 002/2018** - Tipo menor preço por empreitada global - Realização no dia 26 de abril de 2018 às 09h:00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação em bloco sextavado em vias urbanas, conforme projeto e planilha em anexo ao edital. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço, Avenida João Bernardino de Souza, 714 - Centro, onde o Edital e os Anexos poderão ser retirados, Novorizonte/MG, 09 de abril de 2018 - **ARLEY COSTA MENDES** - Prefeito Municipal.

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EDITAL PARA INTIMAÇÃO**  
**ANA PAULA DE CARVALHO LIMA**

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa – MG, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 9.514/97 e a requerimento do(a) credor(a), vem intimar o(a)(s) devedor(a)(res) fiduciante(s) **Ana Paula de Carvalho Lima**, portador(a) do CPF nº 054.816.446-06, a fim de comparecer(rem) neste Cartório, situado na Rua Maria Junqueira, 175, Bairro Brant, nesta cidade de Lagoa Santa – MG, no prazo irrevogável de 15(quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital, onde deverá ser efetuada a purga do débito para cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, referente ao contrato de nº 224.104.890 garantido por alienação fiduciária, firmado em 30/05/2014, registrado sob o nº R-7 da matrícula 36.620 do livro 02, deste Cartório, referente ao imóvel situado na Rua Firmino Gonçalves, nº 25, Apartamento 103, Bloco 05, Bairro Palmital, em Lagoa Santa - MG, CEP 33.400-000. O valor destes encargos, posicionados em 28 de março de 2018, corresponde a R\$ 8.591,91 (oito mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e um centavos), sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem nesse período. O pagamento da quantia especificada deverá ser efetuado diretamente ao(a) credor(a) ou, nesta serventia, em cheque administrativo ou visado, nominal o(a) credor(a) fiduciário(a) ou seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) – BANCO DO BRASIL S/A- nos termos do art.26 9º da Lei 9.514/97.

Lagoa Santa, 28 de março de 2018.

Danilo de Assis Faria  
Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 030/2018.** Objeto: Aquisição de equipamentos para informática, destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48 da LC147/14. Data de realização **20/04/2018 às 09:30 hs.** O edital poderá ser retirado no site [www.novalima.mg.gov.br](http://www.novalima.mg.gov.br), em **Transparência.** Nova Lima, 09 de abril de 2018.  
**O Pregoeiro**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS/MG**  
Retificação-Tomada de Preços Nº 002/2018 - Processo Nº 023/2018. O Município de **Doresópolis/MG**, pessoa jurídica de direito público interno no CNPJ 18.306.647/0001-01, torna pública a **RETIFICAÇÃO** de Tomada de Preços nº. 002/2018. Tipo Empreitada por menor preço global, visando à “Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Individuais das Propriedades – PIP’s habilitadas no “Projeto Perobas – Produtor de Água” correspondente à uma área de 894 hectares nos termos do Contrato de Repasse nº 839763/2016/ ANA/CADA/PROCESSO Nº 2603.1036023-61/2016 Onde Se Lê: 894 Leia-Se: 482,04. Nova data para sessão de recebimento de propostas e julgamento: dia 27/04/2018, às 09:30 horas. Obedecendo integralmente as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, bem como pelas disposições das Leis 8.666/93 e suas alterações. O novo edital retificado encontra-se no site. Informações e editais, [licitacaodoresopolis@gmail.com](mailto:licitacaodoresopolis@gmail.com) ou telefone: (37) 3355-1222 ou pelo site <https://www.doresopolis.mg.gov.br>.  
Eliton Luiz Moreira Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
O SIVELS - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Vespasiano, Lagoa Santa, Confins e São José da Lapa, situado na Avenida Sebastião Fernandes nº 240, Sala 101, Centro, Vespasiano/MG, CEP: 33.200-000, convoca todas as empresas integrantes das categorias econômicas das INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO dos municípios de VESPASIANO, LAGOA SANTA, CONFINS E SÃO JOSÉ DA LAPA para uma Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia será realizada no dia 13 de abril de 2018 na sede do SIVELS, situado a Avenida Prefeito Sebastião Fernandes nº 240, Sala 101, Vespasiano às 15h30min em primeira chamada e às 16h00min em segunda chamada com qualquer número de participantes. A pauta da Assembleia terá o seguinte tema: Alteração na diretoria do SIVELS.  
Vespasiano, 10 de abril de 2018.  
Ricardo Salera de Carvalho - Presidente

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
CNPJ: 25.363.615/0001-03 – NIRE Nº: 314.00003355  
O diretor-presidente da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – Sicoob Coopjus**, no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os cooperados desta Cooperativa em número de 3.493 (três mil, quatrocentos e noventa e três), em pleno gozo de seus direitos sociais, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 20 de abril de 2018. E, por sua sede não comportar, serão realizadas no Condomínio do Edifício Unique Commerce, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 258, 4º andar, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, às 17h30, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados com direito de votar. Caso não haja número legal para instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação, às 18h30, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados com direito de votar. Persistindo a falta de “quorum legal”, a Assembleia será realizada no mesmo dia e local, em terceira e última convocação, às 19h30, com a presença de no mínimo dez cooperados com direito de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Prestação de contas dos administradores, acompanhada das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer da Auditoria Independente. 2. Destinação do resultado do exercício de 2017. 3. Definição da metodologia de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, observado o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 130/2009. 4. Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, conforme exigência da Resolução 4.595/17 do Conselho Monetário Nacional. 5. Política Institucional de Governança Corporativa 6. Obrigatoriedade da contratação de seguro prestamista nos casos de contratação de empréstimo e a não devolução proporcional dos valores pagos em caso de quitação antecipada de empréstimos. 7. Extinção dos pacotes de serviços antigos e transferência para novos pacotes. 8. Fixação dos honorários da Diretoria Executiva e cédula de presença para os conselheiros administrativos e fiscais. 9. Reforma integral do Regulamento Eleitoral. 10. Assuntos de interesse geral. **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Reforma parcial do Estatuto Social – alteração dos artigos Art. 1º, 26, 70, 75. 2. Assuntos de interesse geral. As propostas de reforma do Estatuto Social encontram-se disponíveis no site [www.sicoobcoopjus.com.br](http://www.sicoobcoopjus.com.br).  
Belo Horizonte, 09 de abril de 2018. Antônio Cláudio dos Santos Rosa - Diretor-presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG**  
**Secretarias Municipais de: Administração, Meio Ambiente, Obras, Segurança Pública, Agricultura e Abastecimento, Esporte e Lazer, Educação, Desenvolvimento e Ação Social, Cultura e Turismo, Transporte e Saúde.** Aviso de Licitação. **Pregão Presencial nº 08/2018.** **Processo de Compra nº 14/2018** – Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios para o ano de 2018. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 25-04-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura [www.paracatu.mg.gov.br](http://www.paracatu.mg.gov.br) Paracatu, 09 de Abril de 2018. **Maria Dilma Luiz Magalhães Castro** - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - Aviso de Adiantamento Pregão Presencial- nº 06/2018 – Processo de Compra nº 426/2017 - O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2018, anteriormente marcada para o dia 10 de Abril de 2018, às nove horas, fica ADIADO para o dia 20/04/2018, às 09:00hs. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (38) 3679-0905 ramal 241. As empresas que adquiriram o Edital poderão trocá-lo sem nenhum custo.**  
Paracatu (MG), 09 de Abril de 2018.  
Lúcio Prado Ferreira Gomes. Superintendente.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**COMARCA DE BUENÓPOLIS- ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS**  
Rua Joaquim Felício, 176, Bairro Floresta, CEP: 39230-000 – Buenópolis-MG – Telefax: (38) 3756-1464  
E-mail: [crimoveisbue@hotmail.com](mailto:crimoveisbue@hotmail.com)

**Bel. Aroldo José Soares**  
Oficial

**EDITAL**

**AROLDOS JOSÉ SOARES, Oficial do Serviço Registral de Imóvel da Comarca de Buenópolis-MG, na forma da lei, etc.**

Torna público o presente Edital e científica o Sr. **LEONARDO BRUNO DOS SANTOS VIVEIROS**, brasileiro, casado, CI-02236218063-OT-MG, CPF-054.887.816-17, e sua esposa **ADRIANA LUZIA FERNANDES VIVEIROS**, brasileira, casada, CI RG MG-12.476.077-PC/MG, CPF-013.794.396-20, residentes e domiciliados na rua Cesário Alvim, 1364, Bairro Novo Horizonte, nesta cidade de Buenópolis-MG, CEP-39230-000, de que em 14 de novembro de 2017 foi protocolizado neste Cartório **REQUERIMENTO PARA INTIMAÇÃO DE DEVEDORES FIDUCIANTES**, com fulcro no artigo 26, parágrafo 4º, da Lei 9.514/1997, feito pela Credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, Instituição financeira sob a forma de empresa pública, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF-00.360.305/0001-04, relativo ao inadimplemento de parcelas de contrato de financiamento imobiliário nº 844441033766-9, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o nº 06, matrícula nº 5571, livro nº 02-RG, deste Cartório, referente ao imóvel situado na rua Cesário Alvim, 1364, Bairro Novo Horizonte, nesta cidade de Buenópolis-MG. Após intimações postadas nos Correios através dos ARS DY701378637BR e DY701378623BR, em data de 20 de novembro 2017, verificou-se que os devedores Leonardo Bruno dos Santos Viveiros e Adriana Luzia Fernandes Viveiros não foram localizados, tendo sido devolvidas as intimações a esta Serventia em data de 23 de novembro de 2017, conforme certidão do agente dos correios Edson da Rocha. O valor do saldo devedor na data de 08/11/2017 correspondia a R\$5.551,23(cinco mil quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação. Nesse contexto, nos termos do artigo 26 da Lei 9.514/1997 e do artigo 861 do Provimento nº 260/CGJ/2013, procedo à **INTIMAÇÃO** de Vossas Senhorias para, no prazo improrrogável de 15(quinze) dias, a contar do recebimento dessa intimação, efetuarem o pagamento do valor integral das prestações vencidas, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, bem como a projeção dos valores atualizados para purgação da mora, diretamente à Credora Fiduciária, ou, perante esta Serventia, por meio de cheque nominal à Credora Fiduciária. Por fim, presto as seguintes **ADVERTÊNCIAS:** (i) nos termos do parágrafo 5º do artigo 26 da Lei 9.514/1997, purgada a mora diante da Credora Fiduciária, o comprovante de pagamento deve ser apresentado a esta Serventia, no prazo legal para pagamento; e (ii) por outro lado, conforme parágrafo 7º do referido dispositivo legal, estejam alertados de que, decorrido o prazo de 15(quinze) dias sem a purga da mora, será garantido o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária. Buenópolis(MG), 28 de novembro de 2017.

**Aroldo José Soares**  
Oficial

Prefeitura Municipal de Paracatu / Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial nº 10/2018. Processo de Compra nº 74/2018 - tipo menor preço por item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE VACINAS CONTRA FEBRE AFTOSA, PARA O PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL, QUE SERÁ EXECUTADO DURANTE O MÊS DE MAIO.** Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia **23-04-2018 às 09:00h.** EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura [www.paracatu.mg.gov.br](http://www.paracatu.mg.gov.br). Paracatu, 09 de Abril de 2018. **Patrícia Rosa Barros Silva** – Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG**  
**Proc. 15/18 - PP 11/18** - Aquis. mat. Expediente - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça homologa o procedimento e formaliza as Atas de SRP: **16/18** - Adriana C. Silva 01742609627 - ME - CNPJ: 28.947.488/0001-88 - VR: R\$ 71.758,00 - Assina: Adriana C. Silva - **17/18** - Walthin Supermercado Ltda - ME - CNPJ 08.721.865/0001-59 - VR: R\$ 7.923,50 - Assina: José W. L. Queiroz - **18/18** - C. Gutemberg Ltda - ME - CNPJ: 71.315.964/0001-77 - VR: R\$ 74.863,30 - Assina: Cidinei G. Figueiredo - **19/18** - Pactual C. A. Escritórios Ltda - ME - CNPJ 22.910.893/0001-45 - VR: R\$ 337.604,50 - Assina: Elias J. Reis - **20/18** - Pascelly & Cia Ltda - ME - CNPJ: 09.208.586/0001-59 - VR: R\$ 314.819,70 - Assina: Edicarlos O. Almeida - **21/18** - GE Alvitre C. V. A. Papelaria Ltda - ME - CNPJ: 07.180.489/0001-70 - VR: R\$ 109.327,87 - Assina: Geraldo P. Santos - Vigência: 12 meses.  
**Proc. 17/18 - P 12/18** - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça homologa o procedimento e formaliza as Atas de SRP: **22/18** - Israelmo J. F. Souza - ME - CNPJ 02.485.875/0001-56 - VR: R\$ 298.944,80 - Assina: Israelmo J. F. Souza - **23/18** - Walthin Supermercado Ltda - ME - CNPJ: 08.721.865/0001-59 - VR: R\$ 758.013,00 - Assina: José W. L. Queiroz - Vig: 12 meses.  
**Proc. 43/14 - TP 10/14** - Const. quadra poliesportiva - TCPAC 205209/13 - 8º Aditivo ao CTR 46/14 - Prorroga vigência: 1/2/18 a 31/8/18 - Inc. II, Art. 57, Lei 8.666/93.  
**Proc. 27/18 - Dispensa 5/18** - Contratação de empresa especializada para realização de serviços em aparelhos de Raio X - Retificação de public. Hoje em Dia, 20/3/18, p. 24 - Onde se lê R\$5.800,00, LEIA-SE R\$ 8.500,00.  
**Proc. 9/18 - PP 5/18** - Aquis. mat. construção e ferramentas - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça homologa o procedimento e formaliza Ata de SRP: **24/18** - Shopping Const. C. Mat. Ltda-ME - CNPJ 19.752.439/0001-07 - vr: R\$ 4.654.604,30 - Assina: Altair S Queiroz-Vig: 12 meses.  
**Proc. 29/18 - PP 16/18** - Aquis. plantas e mat. p/ jardinagem-Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça homologa o procedimento e formaliza Atas de SRP: **25/18** - Vanusa V. B. Almeida-ME - CNPJ 01.155.066/0001-13 - vr: R\$ 46.757,00 - Assina: Vanusa V. B. Almeida - **26/18** - Viveiro Ecol. D. Euzébia Ltda-EPP - CNPJ 09.455.192/0001 - vr: R\$ 1.550,00 - Assina: Diogo A. Ribeiro - Vigência: 12 meses.

**Aviso de Sessão - O Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa data para a realização do Pregão Eletrônico nº 019/2018 - PAC 042/2018 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS COMPREENDENDO CASCO, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA - RCF E ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS - APP E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PARA 29 VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA AUTOMOTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FAMUC DE CONTAGEM, COM POSSIBILIDADE DE INCLUSÕES E EXCLUSÕES.** Data: 26 de Abril de 2018 às 09h30min - Site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). RETIRADA DE EDITAL: <http://www.contagem.mg.gov.br/?se=licitacoes> ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), informações através do e-mail: [saude.licitacao@contagem.mg.gov.br](mailto:saude.licitacao@contagem.mg.gov.br) - Comissão Permanente de Licitação - **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 09 de abril de 2018.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
O Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, com endereço na Av. Amazonas, 491 sala 1.009, Centro, BH, CNPJ, 08.002.657/0001-08, representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte e dos Trabalhadores contratados pelos "Caixas Escolares" das Escolas Municipais de Belo Horizonte, através do presente EDITAL, comunicam a todos os Trabalhadores Contratados pelas "Caixas Escolares" das Escolas Municipais de Belo Horizonte EMAMV, EMALC, EMAAC, EMAMMF, EMARG, EMAAT, EMAT, EMAPK, EMAP, EMAB, EMAGH, EMAMG, EMASB, EMAZ, EMAG, EMAM, EMABH, EMAP, EMBH, EMBJ, EMCS, EMCDA, EMCG, EMCCG, CIACLMM, EMCRT, EMCS, EMCAC, EMCC, EMCMV, EMEEVN, EMEEFL, EMSA, EMDMS, EMDRA, EMDLRA, EMDMF, EMDB, EMDJBC, EMDO, EMDTL, EMDJXN, EMJDAM, EMDMH, EMEPV, EMEB, EMEHL, EMEBE, EMEFDC, EMFF, EMFAL, EMFP, EMFAZ, EMFBA, EMFC, EMFMG, EMGRS, EMGTC, EMGCL, EMGOC, EMGVL, EMHA, EMHP, EMEIH, EMHL, EMHS, EMHRM, EMHB, EMHR, EMHPS, EMHW, EMIAM, IMACO, EMIP, EMJF, EMJP, EMJI, EMIS, EMJBC, EMJC, EMJMH, EMJMA, EMJMMG, EMJSL, EMJPA, EMLL, EMLA, EMLT, EMLG, EMLGJ, EMDM, EMM, EMMA, EMMMGL, EMMN, EMMMP, EMMRC, EMMS, EMMMF, EMMPR, EMMA, EMMP, EMMC, EMMAU, EMMAO, EMMIRO, EMML, EMMK, EMVP, EMMR, EMNSA, EMOC, EMOFJ, EMPEM, EMPPG, EMPCFM, EMPPG, EMPHB, EMPMMAT, EMPMC, EMPA, EMPN, EMPPP, EMPOINT, EMPAB, EMPOP, EMPSL, EMPIF, EMPJP, EMPPT, EMPAM, EMPCCS, EMPCB, EMPDA, EMPDV, EMPMM, EMPPEI, EMPHR, EMPIC, EMPJB, EMPLO, EMPMV, EMPMCA, EMPML, EMPMA, EMPFP, EMPGG, EMPPT, EMPAL, EMPAT, EMPAN, EMPCC, EMPVE, EMPER, EMPHA, EMPIS, EMPMM, EMPMMC, EMPMPT, EMPON, E.M.RENASCENCA, EMRCV, EMSF, EMST, EMSD, EMSR, EMSN, EMSGO, EMSHA, EMSLC, EMSP, EMTPG, EMTPMPP, EMTC, EMTM, EMUG, EMUC, EMVAM, EMVG, EMVF, EMVM, EMWPG, EMZA, JMASC, JME, JMMGL, JMMSF, JMMB, que haverá Assembleia no dia 24 de abril de 2018 às 13:30 horas em 1ª convocação, e não havendo número legal, as 14:00 horas do mesmo dia, na forma estatutária e legislação vigente, em 2ª convocação, ambas na sede do Sind-REDE/BH, Av. Amazonas, 491, sala 1.009, Centro, Belo Horizonte - MG, Centro, Belo Horizonte/MG, para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Repasse da reunião do dia 19 no MTE sobre a campanha salarial; 2- Repasse da reunião do dia 20 no Ministério Público sobre as demissões e recontrações via MGS; 3- Calendário de Mobilização. Diretoria Colegiada - Maria da Conceição de Oliveira Silva, Robson Aparecido Torrezani, Daniel Lages Wardil, Lucileia Azevedo de Moraes Souza - Administrativo e Financeiro.

**PREFEITURA DE VESPASIANO.**  
**PL 41/2018 - PE 11/2018.** Declaro vencedora e habilitada Autoluk - Comércio de Pneumáticos e Peças LTDA - EPP: lote 3. Acolhimento Recurso até 15:18 do dia 10/04/2018, Infância Comercial Eireli - ME: Lote 1. Acolhimento de Recurso até as 15:14 do dia 10/04/2018 no [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). O item 2 foi frustrado. Carolina Valadares, Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS (MG)**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2018**  
A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REVOGADO o Processo Licitatório nº 017/2018, na modalidade Concorrência nº 001/2018. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica que atue no ramo da construção civil para a realização de obra de Sistema de Esgotamento Sanitário composto por redes coletora e interceptora juntamente com a construção da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE no Município de Entre Rios de Minas (MG), cuja abertura estava prevista para o dia 09 de abril de 2018, às 09:00 horas, no Salão do Auditório Municipal, à Rua Monsenhor Leão, nº 89 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG), devido o mesmo ter sido declarado LICITAÇÃO DESERTA. Fundamento legal: Artigo 49, da Lei 8.666/1993. Entre Rios de Minas, 09 de abril de 2018.  
**JOSÉ WALTER RESENDE AGUIAR - PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE SALINAS/MG**  
A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas/MG, torna público que fará realizar **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018**, no dia 26/04/2018 às 08:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Totó Costa, 288, Centro, objetivando a contratação de sociedade de advogados para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica de interesse da municipalidade. O edital estará à disposição na Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas, através do telefone nº (033) 3753-9000, em horário comercial ou pelo e-mail: [licitasantacruz@hotmail.com](mailto:licitasantacruz@hotmail.com) - Santa Cruz de Salinas, 09 de Abril de 2018 - Comissão Permanente de Licitações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ/MG**  
**CREDCENCIADOS DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2018**  
1) Asilo São Vicente de Paulo - CNPJ: 03.830.933/0001-02 - VIGENCIA: 06/04/2018  
2) Associação dos Catopés, Pastorinhas E Foliões de Reis de Francisco Sá/MG - CNPJ: 25.138.035/0001-12 - VIGENCIA: 06/04/2018  
3) Associação dos Garimpeiros Manuais de Francisco Sá/MG - CNPJ: 06.207.598/0001-70 - VIGENCIA: 06/04/2018  
4) ONG FISH - Formação, Integração e Socialização Humana - CNPJ: 08.976.279/0001-55 - VIGENCIA: 06/04/2018  
5) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Sá - CNPJ: 03.547.788/0001-49 - VIGENCIA: 06/04/2018

**EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO**  
RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238  
**Faz saber que pretendem casar-se:**

LUCIO MAURO VIANNA GONCALVES, solteiro, almoxarife pleno, nascido em 14/08/1971 em Contagem, MG, residente a Rua Lourdes Maria Pedrosa, 80, Independência, Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE GABRIEL VIANNA GONCALVES e MARIA INACIA GONCALVES Com CLEUZA DE SOUZA, solteira, auxiliar de serviços gerais, nascida em 07/05/1971 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Lourdes Maria Pedrosa, 80, Independência Barreiro, Belo Horizonte, filha de GERALDO JUSTINO DE SOUZA e CACILDA ROMANA DE JESUS.//

RYAN LUCAS NOVAIS MEDINA, solteiro, engenheiro civil, nascido em 26/05/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sao Paulo Da Cruz, 121 Apt.304, Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOVANI BATISTA MEDINA e NIVIA APARECIDA NOVAIS MEDINA Com INGRID MAIA FIORINI, solteira, engenheira civil, nascida em 23/05/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sao Paulo Da Cruz, 121 Apt.304, Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filha de PAULO CEZAR FIORINI e SILVANIA RAQUEL MAIA FIORINI.//

ARLEN GONSALVES DA SILVA, solteiro, autonomo, nascido em 15/08/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Iraci Sansao, 241, Vila Pinho Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE CANDIDO DA SILVA e MARIA SANTOS GONSALVES Com LENISE ALVES RIBEIRO, solteira, autonoma, nascida em 28/01/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Flavio De Paiva Pereira, 207, Vale Do Jatoba Barreiro, Belo Horizonte, filha de RENATO DOS REIS RIBEIRO e MARCILEIA ALVES DE PAIVA RIBEIRO.//

DIRCEU VILAR GUASTAFERRO FILHO, divorciado, operador de sistemas, nascido em 05/01/1981 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sebastiao Moreira, 55, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filho de DIRCEU VILAR GUASTAFERRO e MARILENE VILAR Com KATIA ELAINE MAGALHAES PARREIRAS, divorciada, do lar, nascida em 27/04/1986 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sebastiao Moreira, 55, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de CARLOS WANDERLEY PARREIRAS e DOMINGAS MAGALHAES PARREIRAS.//

RAFAEL BUENO DE OLIVEIRA, solteiro, vendedor, nascido em 04/10/1989 em Manhumirim, MG, residente a Av. Braulio Gomes Nogueira, 65, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filho de PAULO CEZAR DE OLIVEIRA e CACILDA BUENO DE OLIVEIRA Com DANIELLE CRISTINA VERGILIO, solteira, psicologa, nascida em 30/12/1989 em Contagem, MG, residente a Av. Braulio Gomes Nogueira, 65, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE MANOEL VERGILIO e CLEIDE RITA RIBEIRO VERGILIO.//

LEANDRO ESTEVES FIRBIDA, solteiro, vigilante, nascido em 24/02/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Narcisca Pereira, 75, Jatoba I V. Bareiro, Belo Horizonte, filho de MARCO AURELIO FIRBIDA e ROSALIA ESTEVES FIRBIDA Com BRUNA NUNES COSTA, solteira, auxiliar de processamento, nascida em 06/10/1990 em Contagem, MG, residente a Rua Narcisca Pereira, 75, Jatoba I V. Bareiro, Belo Horizonte, filha de IVAN COSTA SANTOS e MARIA DE LOURDES NUNES COSTA.//

NEIMAR RODRIGUES DA SILVA, solteiro, aposentado, nascido em 07/12/1983 em Tres Marias, MG, residente a Rua Flor De Liz, 21, Manguieiras Barreiro, Belo Horizonte, filho de MILTON RODRIGUES DE FREITAS CHAVES e CENIRA CORREIA DA SILVA Com ANA CAROLINA DOS REIS, divorciada, atendente, nascida em 02/10/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Hermínio Ferreira Pinto, 84, Petropolis Barreiro, Belo Horizonte, filha de MOACIR JOSE DOS REIS e MARIA DA CONCEICAO DAS DORES REIS.//

MAYCON FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA, solteiro, conferente, nascido em 27/03/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Santa Joana D Ark Beço D, 50, Atila De Paiva Barreiro, Belo Horizonte, filho de MARIO MARCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA e CRISTINA PAULA DE OLIVEIRA Com MILENA HENRIQUES DE MENEZES SILVA, solteira, do lar, nascida em 20/06/1998 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Santa Joana D Ark Beço D, 50, Atila De Paiva Barreiro, Belo Horizonte, filha de ROZIVAL RODRIGUES DA SILVA e NEOMEZIA HENRIQUES DE MENEZES SILVA.//

PABLO RAFAEL ALVES BRAUER, solteiro, administrador de empresas, nascido em 04/01/1979 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dos Atleticanos, 824, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de RONALDO CONTAO BRAUER e CASSIA

REGINA ALVES Com LORENA MURCA MANSUR SOARES, solteira, corretora de seguros, nascida em 01/11/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dos Atleticanos, 824, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE EVANDRO SOARES e SILVANIA MURCA MANSUR SOARES.//

BRUNO ROMUALDO ALVES, solteiro, repositor, nascido em 20/05/1989 em Belo Horizonte, MG, residente a Travessa Dilson De Jesus, 65 Apt.304, Aguas Claras Barreiro, Belo Horizonte, filho de PEDRO ANTONIO ALVES DOS SANTOS e MARIA DA CONCEICAO ROMUALDA SILVA Com MARIANA DA SILVA JORGE, solteira, domestica, nascida em 16/08/1982 em Belo Horizonte, MG, residente a Travessa Dilson De Jesus, 65 Apt.304, Aguas Claras Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOAO BATISTA JORGE e APARECIDA DE LOURDES DA SILVA.//

LEONARDO GOMES AZEVEDO, solteiro, autonomo, nascido em 06/11/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Alameda Africa, 15, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filho de ANTONIA GOMES PEREIRA Com FRANCIELLE STEPHANIE JESUS DE SOUZA, solteira, do lar, nascida em 15/07/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Alameda Africa, 15, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filha de WANDERSON MATOZINHO DE SOUZA e ANA DE FATIMA DE JESUS.//

JOSE LOPES MIRANDA, viuvo, aposentado, nascido em 25/02/1953 em Distrito De Catují, Municipio De Itaipu, MG, residente a Rua Rufina Garcia Soares, 52, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filho de MARIA RODRIGUES MIRANDA Com ESTER PEREIRA SILVA, divorciada, aposentada, nascida em 14/08/1963 em Teofilo Otoni, MG, residente a Rua Rufina Garcia Soares, 52, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filha de TEODORO PEREIRA DA SILVA e NAIR ALVES DA SILVA.//

FLORISVALDO VERDIN DE OLIVEIRA, divorciado, pedreiro, nascido em 11/09/1982 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dona Lala Fernandes, 454, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de EDIVAL LEMES DE OLIVEIRA e CLARICE FEHLBERG VERDIN Com INGRID PEREIRA SILVA, solteira, do lar, nascida em 29/09/1997 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Waldyr Soeiro Emrich, 95, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filha de GILMAR RODRIGUES DA SILVA e HELIA PEREIRA SANTOS.//

JUSCENO JOSE DA SILVA, solteiro, empresario, nascido em 05/08/1977 em Porteirinha, MG, residente a Av. Senador Levindo Coelho, 2283 Apt.102, Vale Do Jatoba Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOAQUIM JOSE DA SILVA e JULIA BATISTA DE OLIVEIRA Com JUNIA GRACIELA COSTA, divorciada, do lar, nascida em 24/09/1982 em Porteirinha, MG, residente a Av. Senador Levindo Coelho, 2283 Apt.102, Vale Do Jatoba Barreiro, Belo Horizonte, filha de IGINIO COSTA e MARIA DE FATIMA MARTINS COSTA.//

IAN BADIO SOUZA ALVES, solteiro, ajudante geral, nascido em 14/09/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Francisco Martins Marques, 573, Vale Do Jatoba Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE EUDES ALVES e SUELI SOUSA ALVES Com MARIANA LETICIA SANTOS, solteira, cabeleireira, nascida em 11/02/1997 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Lavrinhas, 334, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de ROBERTO CARLOS DOS SANTOS e LUCINEI PEREIRA MARQUES SANTOS.//

JOSE MATUSALEM, viuvo, aposentado, nascido em 30/11/1944 em Ferros, MG, residente a Rua Planaltina, 45, Araguaia Barreiro, Belo Horizonte, filho de ALPIO MATUSALEM e MARIA GOMES ALVES Com LECY DE SOUZA RAMOS, viuva, aposentada, nascida em 30/10/1950 em Barra De Sao Francisco, ES, residente a Rua Planaltina, 45, Araguaia Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE ANTONIO PEREIRA e IZABEL DE SOUZA PEREIRA.//

ALEF BATISTA DE SOUSA, solteiro, eletricitista, nascido em 11/04/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Quatro, 50, Solar Do Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOAO BATISTA SIMAO DE SOUSA e SONIA MARIA CUSTODIO Com LARISSA JHENIFFER SOARES DA CUNHA OLIVEIRA, solteira, telemarketing, nascida em 15/11/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Quatro, 50, Solar Do Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filha de PAULO SERGIO DE OLIVEIRA e MARCIA SOARES DA CUNHA.//

MAIRON CESAR MOREIRA, solteiro, professor, nascido em 27/03/1986 em Timoteo, MG, residente a Rua Braulio Gomes

Nogueira, 1111, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filho de ANTONIO ISMAEL MOREIRA e MARIA DO PILAR ALVES DOS REIS MOREIRA Com POLLYANA GUIMARAES OLIVEIRA, solteira, nutricionista, nascida em 28/09/1983 em Brumadinho, MG, residente a Av. Joao Rolla Filho, 174 Apt.102, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filha de JAIME DA SILVA OLIVEIRA e MARIA DE LOURDES GUIMARAES OLIVEIRA.//

CLEYTON AMORIM MARCAL, solteiro, soldador, nascido em 01/10/1993 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Maria Rita Borges, 24, Independência Barreiro, Belo Horizonte, filho de ASSIS JOSE MARCAL e ARIADNE RODRIGUES DE AMORIM MARCAL Com JESSICA LUANA ALVES DE PAULO, solteira, do lar, nascida em 29/07/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Maria Rita Borges, 24, Independência Barreiro, Belo Horizonte, filha de LUCAS LINO DE PAULO e ROSELI APARECIDA ALVES.//

FERNANDO ALVES DIAS, solteiro, analista de sistemas, nascido em 02/02/1984 em Itinga, MG, residente a Rua Francisco Olivieri, 145, Santa Margarida Barreiro, Belo Horizonte, filho de QUERINO ALVES DIAS e CLEUZA GOMES QUEIROZ Com THAYNA DE ASSIS COSTA MOURAO, solteira, engenheira eletricitista, nascida em 10/08/1995 em Itaobim, MG, residente a Rua Francisco Olivieri, 145, Santa Margarida Barreiro, Belo Horizonte, filha de STEFENSON ASSIS MOURAO e MIRALVE COSTA DA SILVA.//

WILLIAM ALEXANDRE DE FREITAS, solteiro, comerciante, nascido em 09/01/1977 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Nascimento, 308 Apt.703 B, Araguaia Barreiro, Belo Horizonte, filho de RENATO CAETANO DA SILVA FREITAS e RUTH STEPANKEVICIUS Com PATRICIA DE CASSIA SILVA, solteira, comerciante, nascida em 09/02/1978 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Joao Alexandre Pires, 760, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filha de MARIA VICENTINA DA SILVA.//

ROBERTO NILES DA SILVA, solteiro, vigilante, nascido em 09/03/1991 em Santo Antonio Do Itambe, MG, residente a Rua Liberdade, 33 Casa D, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filho de GERALDO NILES DA SILVA e EVA NILES DA SILVA Com ROSALIA ALVES DE SOUZA, solteira, operadora de caixa, nascida em 25/10/1992 em Aguas Formosas, MG, residente a Rua Liberdade, 33 Casa D, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filha de MANOEL RODRIGUES DE SOUZA e ROSALINA ALVES PEREIRA.//

JULIO CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA, solteiro, jardineiro, nascido em 28/04/1992 em Sete Lagoas, MG, residente a Rua Barao De Monte Alto, 960/303, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE ANTONIO FALCAO DE OLIVEIRA e JULIANA MOREIRA DE ALMEIDA OLIVEIRA Com LAIS CRISTINA SILVA SANTOS, solteira, telefonista, nascida em 06/04/1993 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Barao De Monte Alto, 960/303, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filha de MARCOS TULIO DOS SANTOS e SORAIA CRISTINA DA SILVA.//

HELDER FELIPE DOMINGOS LIMA, solteiro, auxiliar tecnico, nascido em 04/04/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rodovia Celso Melo Azevedo, 1206, Olhos D Agua Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE PORFIRIO LIMA FILHO e APARECIDA MARIA DOMINGOS LIMA Com BIANCA DE ALMEIDA NASCIMENTO, solteira, auxiliar administrativo, nascida em 20/02/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Parati, 346, Pilar Barreiro, Belo Horizonte, filha de JACONIAS COELHO DO NASCIMENTO e ELIANE MARCIA DE ALMEIDA NASCIMENTO.//

EDSON DE AVELINO DE ABREU, divorciado, tecnico eletroeletronico, nascido em 26/03/1971 em Contagem, MG, residente a Rua Wilson Tavares Ribeiro, 664, Conjunto Teixeira Dias Barreiro, Belo Horizonte, filho de GERALDO AVELINO DE ABREU e LAURITA GOMES DE ABREU Com ELAINE SILVA GUEDES, solteira, tecnico meio ambiente, nascida em 10/01/1977 em Itabira, MG, residente a Rua Wilson Tavares Ribeiro, 664, Conjunto Teixeira Dias Barreiro, Belo Horizonte, filha de OTACILIO FERNANDES GUEDES e LUZIA SILVA GUEDES.//

ALLAN SOUZA DE PADUA, solteiro, engenheiro, nascido em 14/06/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Adelina Patricia De Carvalho, 11, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filho de ADMILTON JOSE DE PADUA e SILVANA FERREIRA DE SOUZA Com KARLA FERNANDA VARGAS SERAFIM, solteira,

consultora, nascida em 19/02/1997 em Varginha, MG, residente a Rua Adelina Patricia De Carvalho, 11, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE REIS SERAFIM e MARIA DE LOURDES VARGAS.//

BRUNO HENRIQUE RIBEIRO, solteiro, autonomo, nascido em 10/10/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Maurilio Gomes Da Silveira, 423, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de RONY ROBERTO RIBEIRO e SUELI DE JESUS RIBEIRO Com JESSICA SILVA ALVES, solteira, recepcionista, nascida em 06/10/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Volta Redonda, 526, Novo Santa Cecilia Barreiro, Belo Horizonte, filha de RONALDO ALVES e ROSILENE DA SILVA ALVES.//

FABIO MACEDO SARDANHA, solteiro, eletricitista, nascido em 05/08/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua J, 283, Manguieiras Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOAO SARDANHA e MARIA DOS ANJOS DE MACEDO SARDANHA Com PALOMA SOARES DE ALMEIDA, solteira, assistente administrativo, nascida em 18/06/1993 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua J, 283, Manguieiras Barreiro, Belo Horizonte, filha de CELIO DE ALMEIDA e CENITIA DO CARMO SOARES GOMES.//

GLEISON FABIANO PACHECO, divorciado, projetista, nascido em 18/12/1976 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Hildemar Falcao, 401, Lindeia Barreiro, Belo Horizonte, filho de GERMANO DA SILVA GOMES PACHECO e PUREZA MELANIA PACHECO Com MARLENE ERNESTINA BORGES, divorciada, vendedora, nascida em 13/05/1978 em Bras Pires, MG, residente a Rua Aristides Ferreira De Castro, 311, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de FRANCISCO CLARO BORGES e GERALDA ERNESTINA BORGES.//

FELIPE LARA MACIEL, solteiro, autonomo, nascido em 25/06/1988 em Barra Mansa, RJ, residente a Rua Marcelo Bernucci Sydne, 258, Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filho de LUCIO ROBERTO SILVA MACIEL e REGINA DE FATIMA LARA MACIEL Com TALINE CORREIA SANTOS, solteira, auxiliar de producao, nascida em 18/07/1986 em Salvador, BA, residente a Rua Marcelo Bernucci Sydne, 258, Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filha de AUGUSTO OLIVEIRA SANTOS e SONIA MARIA NEPOMUCENO CORREIA.//

JOCELITO ANTONIO DE SALES, divorciado, supervisor de vendas, nascido em 13/05/1966 em Conceicao De Itagua - Brumadinho, MG, residente a Rua Alfredina Amaral, 80 /302, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de ALARICO RUBENS DE SALES e TEREZA ROSA DE SALES Com ROSILENE DANELON LEAO, divorciada, comerciante, nascida em 14/08/1966 em Raul Soares, MG, residente a Rua Alfredina Amaral, 80 /302, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filha de CAMILO CARNEIRO LEAO e DALVA GRILO LEAO.//

VITOR LUCAS MATIAS DE SOUZA, solteiro, analista de infraestrutura, nascido em 19/05/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Oliveira Marciano, Bloco 1, 310 Apt.504, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filho de MILTON MATIAS DE SOUZA e ESTELA MARIS MATIAS DE SOUZA Com MARCIA REGINA LOPES DOS SANTOS, solteira, assistente de projeto, nascida em 26/05/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Oliveira Marciano, Bloco 1, 310 Apt.504, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE MARCIO DOS SANTOS e TEREZA LOPES DOS SANTOS.//

ROBSON CAETANO DA SILVA, solteiro, encarregado, nascido em 13/10/1974 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Joao Rolla Filho, 174 Ap401 Bl 3, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filho de ADILSON CAETANO DA SILVA e NEUZA MARIA DA SILVA Com CLEONICE MOISES, divorciada, diarista, nascida em 06/06/1979 em Uruçuaia, MG, residente a Avenida Joao Rolla Filho, 174 Ap401 Bl 3, Diamante Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOAO MOISES NETO e MARIA NAZARET PEREIRA MOISES.//

FLAVIO PEREIRA REIS, solteiro, policial militar, nascido em 21/06/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Das Petunias, 927, Lindeia Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE REIS NETO e ROSANGELA PEREIRA Com MIRIA DINIZ SILVA, solteira, policial militar, nascida em 13/03/1991 em Ibitiré, MG, residente a Rua Das Petunias, 927, Lindeia Barreiro, Belo Horizonte, filha de SEBASTIAO WALTER DA SILVA e BERNADETE PEREIRA DINIZ DOS REIS.//

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 do Código Civil Brasileiro.  
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.  
Belo Horizonte, 09/04/2017.  
**Leticia Franco Maculan Assumpcao**  
Oficial do Registro Civil

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO/MG**  
Aviso de Licitação Pregão 010/2018 - A Prefeitura Municipal de Rio Manso, MG, torna público que fará realizar Processo Licitatório Nº 023/2018, Pregão Presencial Nº 010/2018 - Registro de preços para eventual fornecimento de gêneros alimentícios, destinados a merenda escolar do ano letivo de 2018, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com entrega parcelada mediante requisição. Data da sessão: 24/04/2018, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal. Informações na Prefeitura de Rio Manso - Telefax: (31) 3573 1120.  
Magna Teresinha Teixeira de Sousa – Pregoeira Municipal.  
Prefeitura Municipal de Rio Manso, 19 de Março de 2018.

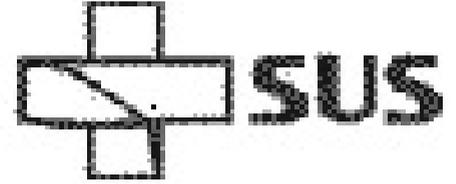
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLUNA/MG**  
**TORNA PÚBLICO** o Processo Administrativo de Licitação nº 025/18, Pregão Presencial nº 019/2018, para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Divulgação e Publicação de Avisos de licitações, Resultados e Extratos de Contratos e demais publicações em diários oficiais e jornal de grande circulação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Coluna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. Sessão de julgamento: **24/04/2018, às 09:00 horas.** Informações: Sede da Prefeitura Municipal, Praça Herculano Torres, nº 13, centro, Coluna – MG. Tel.: (33) 34351255. Edital Disponível no Site: [www.coluna.mg.gov.br](http://www.coluna.mg.gov.br) Email: [licitacao@coluna.mg.gov.br](mailto:licitacao@coluna.mg.gov.br).  
Rosália Barbosa Coelho – Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial n.º 20/2018** – para “Aquisição de curativos e teste desafio para atender as demandas da Atenção Básica e Policlínica Municipal, conforme definido no Termo de Referência anexo ao edital”, no dia **23/04/2018**, às 09hs30mn, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital e anexos encontram-se a disposição no site da Prefeitura [www.sarzedo.mg.gov.br](http://www.sarzedo.mg.gov.br). Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail [comprasaude@sarzedo.mg.gov.br](mailto:comprasaude@sarzedo.mg.gov.br).  
Sarzedo/MG, 09 de abril de 2018.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**



**PREGÃO ELETRÔNICO 166/2017**

Processo: 04.001.395.17.68  
Certame Caixa: 0092/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E ENFERMAGEM - LÂMINA DE BISTURI, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 23/04/2018.  
•Abertura das propostas dia 03/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 03/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 170/2017**

Processo: 04.001.394.17.03  
Certame Caixa: 0093/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E ENFERMAGEM - AGULHA PARABIÓPSIA DE MAMA, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 23/04/2018.  
•Abertura das propostas dia 03/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 03/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 172/2017**

Processo: 04.001.396.17.20  
Certame Caixa: 0111/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços, para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E ENFERMAGEM - ABSORVENTE HIGIÊNICO, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 25/04/2018.  
•Abertura das propostas dia 07/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 07/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 035/2017**

Processo: 04.000.062.17.30  
Certame Caixa: 0077/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão a aquisição de APOIO LATERAL DE CABEÇA, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 27/04/2018.  
•Abertura das propostas dia 09/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 09/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 187/2017**

Processo: 04.001.380.17.90  
Certame Caixa: 0112/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços, para aquisição de ETIQUETAS E RIBBONS PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA DE CÓDIGO DE BARRA PARA IDENTIFICAÇÃO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 27/04/2018.

- Abertura das propostas dia 09/05/2018 às 09:00 horas.
- Abertura da sessão de lances dia 09/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 080/2017**

Processo: 04.000.471.17.09  
Certame Caixa: 0099/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços para aquisição de PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 03/05/2018.  
•Abertura das propostas dia 15/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 15/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 208/2017**

Processo: 04.002.062.17.00  
Certame Caixa: 0103/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços para aquisição de FENO DE GRAMÍNEA para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 03/05/2018.  
•Abertura das propostas dia 15/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 15/05/2018 a partir de 09:30 horas.

**PREGÃO ELETRÔNICO 176/2017**

Processo: 04.001.558.17.20  
Certame Caixa: 0094/2018  
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E ENFERMAGEM - MALHA ORTOPÉDICA, ATADURAS GESSADA E ALGODÃO para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.  
•Início da recepção de propostas em 10/05/2018.  
•Abertura das propostas dia 22/05/2018 às 09:00 horas.  
•Abertura da sessão de lances dia 23/05/2018 a partir de 09:30 horas.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da INTERNET. Para participar da sessão de abertura do Pregão Eletrônico, os interessados deverão providenciar o cadastro no Portal de Compras “Licitações Caixa”, gratuitamente, para obtenção da senha de acesso. Para obter informações sobre o sistema “Pregão Eletrônico” poderá ser acessado o site: [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br). Prazo para disputa será de 5 (Cinco) minutos para cada lote, acrescido de até 30 (Trinta) minutos, fixados aleatoriamente pelo sistema. O sistema emitirá, durante a disputa, aviso alertando para o encerramento iminente do Pregão. Para obter informações sobre o cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Belo Horizonte/MG) poderá ser acessado o site: [www.pbh.gov.br/sucaf](http://www.pbh.gov.br/sucaf) ou ligar no telefone (31) 3277-4677. O Edital está disponível no site: [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br), opção PORTAL DE SERVIÇOS > Licitações.

Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG ou pelo telefone (31) 3277-7735 e fax: (31) 3277-7781.

**Gelcimar Dias Santana**  
Gerência de Compras

**Jackson Machado Pinto**  
Secretário Municipal de Saúde

▶ **HOJE EM DIA  
NAS REDES SOCIAIS.  
SIGA, COMPARTILHE,  
DÊ LIKES: VIVA A INFORMAÇÃO.**

O MAIS COMPLETO JORNAL DE MINAS  
ESTÁ EM TODAS AS REDES SOCIAIS. É A INFORMAÇÃO  
EM TEMPO REAL, INTERAGINDO COM VOCÊ  
E FAZENDO PARTE DA SUA VIDA.

▶ **HOJEEMDIA.COM.BR**

